



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO 2015

28 - Relatório de gestão

[Handwritten signatures and initials on the right margin]



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2015

INTRODUÇÃO

O presente Relatório visa dar cumprimento ao dever de prestação de informação adicional às demonstrações financeiras por parte da Câmara Municipal, tendo em vista proporcionar a melhor análise e interpretação de todos os dados financeiros e económicos que constituem os Documentos de Prestação de Contas relativos à execução do ano económico de 2015.

Para esse efeito, são reproduzidos no presente Relatório alguns dos quadros e gráficos que melhor podem estabelecer o enquadramento dos resultados alcançados com as condicionantes ocorridas durante o ano de 2015, bem como a comparação entre os objetivos pretendidos e os resultados efetivamente atingidos.

Este enquadramento deve, desde logo, considerar algumas circunstâncias concretas e influenciadoras da situação transposta dos documentos de prestação de contas, como sejam:

1. A natureza especial das autarquias locais, a quem é aplicado um sistema específico de normalização contabilística que, na prática, faz articular e convergir dois tipos de contabilidade, a orçamental e a patrimonial, mas que produzem informações financeiras diferenciadas consoante a perspetiva de observação de cada uma delas.
2. O reconhecimento e valorização de ativos fixos, sejam imobilizações corpóreas ou incorpóreas, ou sobretudo os bens do domínio público, não evidencia ainda de forma ampla o património real do Município, uma vez que continua em curso o processo de valorização de todos os elementos do ativo.
3. A atividade financeira do Município é substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão mais reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas, sendo que a atividade de investimento do Município nos últimos anos tem sido largamente suportada no acesso aos financiamentos por fundos comunitários, situação que no ano de 2015 se revelou meramente residual, uma vez que correspondeu ao período em que já nos encontrávamos e fecho do QREN, mas ainda sem qualquer atividade efetiva no período de vigência do Portugal 2020 em termos de desenvolvimento de projetos concretos de investimento.
4. Dada a sua natureza integralmente pública e sem caráter lucrativo, o Município não tem por vocação ou finalidade produzir resultados positivos do ponto de vista financeiro, visto que o resultado obtido em cada exercício não deve ser apenas económico, mas deve também incorporar as perspetivas social, cultural, desportiva, do empreendedorismo, do desenvolvimento, do turismo e da

[Handwritten signatures and initials on the right margin]





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

afirmação com Município como um todo, sem perder de vista o objetivo de sustentabilidade.

As propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2015 foram preparadas e aprovadas tendo como orientação essencial a concentração da energia do novo executivo em quatro vetores:

Em primeiro lugar, vincar a postura de sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município, atravessando cada vez mais toda a estrutura decisória, diretiva e operacional da Autarquia.

Em segundo lugar, reforçar o esforço político, institucional e financeiro no sentido de implementar a aplicação de políticas municipais orientadas para o desenvolvimento económico e para o fomento da empregabilidade no Concelho de Oliveira do Hospital.

Em terceiro lugar, atribuir elevada prioridade à construção do Plano Estratégico para o Município de Oliveira do Hospital, o qual estabelecerá, em harmonia com os documentos constituintes do Plano Diretor Municipal – 1.ª Revisão, as bases em que se estruturará a capacidade de acesso do Município de Oliveira do Hospital aos fundos a disponibilizar no âmbito dos diversos canais que o Portugal 2020 irá colocar à nossa disposição.

Em quarto lugar e como complemento da prioridade anterior, dar especial enfoque à preparação do Município para os desafios que nos são colocados pelos novos instrumentos de financiamento externo, em especial pelo Programa Operacional Regional Centro 2020, designadamente ao nível da aquisição dos estudos e projetos que hão-de incorporar as diversas perspetivas de ação e investimento nestes domínios.

A realização do ano económico do 2015, como adiante se verificará com o devido detalhe, respeitou e acompanhou estas preocupações essenciais, incorporando-as em todos os momentos de decisão e planeamento do futuro, embora não descuidando nunca as circunstâncias excecionais e todas as situações imponderáveis que em cada momento são colocadas perante os responsáveis autárquicos.

Como bem sabemos, um competente trabalho autárquico não se esgota no gabinete e das instalações da Câmara Municipal, mas faz-se sobretudo das pequenas e grandes conquistas que se vão obtendo junto das instituições regionais e nacionais que muito têm contribuído para o desenvolvimento harmonioso presente e futuro do nosso território municipal e para o engrandecimento das nossas instituições.

O presente Relatório, bem como os documentos de prestação de contas que o acompanham, demonstram que tais propósitos foram substancialmente atingidos pela ação levada a cabo pelo Executivo Municipal, sendo de realçar que esta ação tem sido desenvolvida num clima de consenso e concertação permanentes entre a generalidade dos agentes políticos, uma vez que, independentemente das motivações e influências pessoais de cada interveniente, os propósitos serão sempre os de melhor servir o interesse público municipal e de proporcionar o mais completo e abrangente desenvolvimento económico e social do território, assegurando a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das nossas populações.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Visão

O Município orienta a sua ação no sentido de apostar na qualidade e na gestão do conhecimento, aproveitando e criando oportunidades que permitam desenvolver o Concelho de Oliveira do Hospital, tornando-o mais competitivo e atrativo a nível económico, cultural e social.



Missão

O Município tem como missão garantir o bem-estar da população, através do desenvolvimento integrado e sustentado do território.



Valores

O Município orienta a sua atividade no respeito integral e permanente pelos valores da Isenção, da Transparência, do Rigor, da Qualidade, da Orientação para a Munição, da Inovação e da Pró-atividade.



Objetivos Estratégicos

- 1. Qualidade do Serviço e Impacto na Sociedade:**
 - Desenvolver uma nova cultura organizacional
 - Melhorar a relação Organização – Munição
 - Incrementar o uso alargado das novas tecnologias
 - Simplificar e desburocratizar procedimentos
- 2. Valorização dos Recursos Humanos:**
 - Promover a formação dos trabalhadores
 - Incrementar a comunicação entre os diversos níveis organizacionais
 - Implementar novas práticas de gestão de recursos humanos
- 3. Desenvolvimento Sócio-económico do Concelho:**
 - Implementar e melhorar a rede de infraestruturas
 - Promover o desenvolvimento turístico
 - Melhorar o apoio social
 - Adequar a oferta educativa às necessidades do Município
 - Promover a cultura, reforçando as tradições locais e envolvendo as populações.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Seguindo uma estratégia orientada no sentido de tomar posição financeira em entidades cuja atividade ou objeto social tenha interesse estratégico ou funcional para o Município, tendo em vista a melhor prestação dos serviços e utilidades que a Câmara Municipal coloca à disposição das suas comunidades e populações, o Município detinha em 31 de dezembro de 2015 as seguintes participações financeiras:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS					
Rubrica POCAL	Entidade	Capital Próprio / Fundo Patrimonial (Exercício 2015)	Resultado Líquido (Exercício 2015)	Particip. Social	Saldo Final
				%	
41131	WRC-Web Região Centro, ADR, SA	561.132,06 €	-131.711,07 €	0,37%	5.000,00 €
41132	Município-Emp. Cartograf. Sist. Inf., EM, SA	3.352.799,46 €	35.348,66 €	0,15%	4.985,01 €
41133	Matadouro Regional da Beira Serra, SA	1.232.446,94 €	-416.701,81 €	2,22%	24.000,00 €
41134	CoimbraVita - ADR, SA	a)	a)	1,48%	9.980,00 €
41135	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	342.248.120,24 €	15.089.817,20 €	0,27%	459.315,00 €
41136	CESAB - Centro de Serviços do Ambiente	986.313,87 €	-37.634,32 €	0,40%	1.500,00 €
41137	BLC3 (Plataforma Des. Reg. Interior Centro)	3.259.735,42 €	8.792,30 €	44,00%	7.000,00 €
4122	FAM-Fundo de Apoio Municipal	b)			683.812,57 €
a) - Informação não disponível b) A subscrição ocorre durante o ano de 2015 e seguintes					1.195.592,58 €



Para além destas, a Câmara Municipal integra ainda a gestão de outras entidades de que foi cofundadora, designadamente a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, a Adeptoliva – Associação para o Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, de Oliveira do Hospital e de Arganil e a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital e integra, na qualidade de associado, a ADXTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto.



No âmbito das entidades intermunicipais e para além da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portuguesas e suas secções, o Município está também integrado na AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e na CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em cujo Conselho Intermunicipal o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ocupa uma das vice-presidências.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GERAL AO ANO ECONÓMICO

O ano de 2015 apresentou um crescimento da economia mundial de 3,1%, com particular destaque para Estados Unidos e União Europeia que vêm crescendo desde 2011, ao contrário do percurso das economias emergentes, com retrocessos bruscos iniciados em 2011 e que continuaram até final de 2015, com destaque para China, Brasil e Rússia. Em Portugal o crescimento do PIB atingiu 1,6%, um pouco acima da média da zona euro, mas cujos reflexos não atingem de forma alargada todos os setores da economia nacional.

O desemprego desceu, na zona euro, para 11%, apesar do forte impacto que para este valor concorrem as elevadas taxas de desemprego em Espanha e Grécia e, em Portugal, o valor de 11,8% representa também um decréscimo face ao valor mais elevado, registado em 2013, de 16,2%.

Por seu lado, os principais indicadores que concorrem para a formação do PIB relevaram crescimentos face ao ano anterior, como sejam o consumo privado com 2,7% (+ 0,6%), o consumo publico com 0,1% (+ 0,4%), as exportações com 5,3% (+ 1,9%), mas também as importações com 7,3%, embora com crescimento proporcionalmente inferior ao das exportações (+ 1,1%).

Ou seja, não obstante as descidas que se tem verificado nas taxas de juro e no preço do petróleo, os impactos no consumo e no investimento público são ainda muito incipientes, condicionando fortemente a introdução de melhorias que a economia portuguesa reclama do Estado para a melhoria da nossa capacidade competitiva, através da concretização de infraestruturas, acréscimo tecnológico e modernização administrativa, fiscal e judicial.

Por tudo isto, o ano de 2015 foi ainda marcado pela continuidade dos impactos económicos, financeiros e sociais da crise iniciada em 2008, sendo que os resultados da inversão da tendência que se começou a gerar na parte final do ano, só começarão a refletir-se de forma concreta na vida dos cidadãos daqui a mais algum tempo. Por enquanto, manter-se-ão ainda alguns efeitos dessa crise e das opções políticas e económicas que a enfrentaram, como sejam a existência de taxas de desemprego ainda muito elevadas e penosas para a solidez da segurança social, a continuidade do fenómeno da emigração e, sobretudo, da emigração de ativos qualificados, a diminuição do número de frequências no ensino superior e a persistência num número elevado de insolvências de empresas.

Na perspetiva social, não podem ser ignorados os muitos casos de pobreza, decorrentes do elevado número de população inativa que transitou para o período em que já não tem direito aos apoios sociais por desemprego, e decorrentes também da falta de outras alternativas de obtenção de meios de subsistência, como é o caso da agricultura a que a população normalmente recorria noutras épocas de crise. No mesmo sentido se encontram também outras situações de carência social agravada, como sejam as que decorrem do desemprego simultâneo de ambos os membros do agregado familiar, do aumento do desemprego jovem e da forte redução das medidas de compensação e mitigação de carências por parte dos sistemas de previdência social, cujos mecanismos de aplicação excluem cada vez mais utentes do sistema de apoios sociais.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

A realidade local não é, obviamente, alheia aos impactos desse contexto nacional ainda muito marcado pela crise, embora não possa deixar de ser reconhecido que, por ação direta do Município e pela influência marcadamente social que coloca na sua intervenção, a situação de Oliveira do Hospital, não obstante o efeito de interioridade, é mais favorável do que noutros territórios de baixa densidade, uma vez que consegue ter um nível de desemprego, precariedade social e pobreza abaixo da média nacional.

Ao nível interno do próprio município, verifica-se que a sua atividade operacional continuou muito condicionada pela enorme contenção financeira que está subjacente à sua natureza pública, o que se manifesta pela forte diminuição da capacidade de realização de novos investimentos, a qual também é consequência do atraso que tem afetado o arranque do Portugal 2020.

Por outro lado e não obstante o ligeiro crescimento verificado nas receitas correntes próprias do Município, em cerca de 7%, a mesma natureza pública de autarquia local, vocacionada para a satisfação dos interesses legítimos e das necessidades básicas das populações, colocam o Município perante a obrigação de continuar a garantir a prestação de serviços públicos essenciais, a manutenção das infraestruturas e equipamentos públicos, a apoiar as instituições da sociedade civil que prestam um papel insubstituível na oferta de serviços e apoios de interesse geral e coletivo e, bem assim, a encontrar respostas para as inúmeras e diversas situações de privação, seja através da disponibilização direta de bens alimentares, de vestuário e outros, seja ainda através do apoio ao desemprego, com disponibilização de oportunidades de ocupação temporária com recurso às medidas sociais do IIEFP ou simplesmente com apoio direto do Município no âmbito do Programa AtivoSociais.

Porém, a situação financeira da própria autarquia não é muito diferente da que se tem registado nos últimos exercícios, onde se destaca uma tendência de redução das suas receitas e, naturalmente, das suas despesas. Veja-se, por exemplo, que em termos globais as receitas de 2015 atingiram valores que estão próximos da média registada nos anos de 2008 e 2009, afirmando um retrocesso de 7 anos, tal como acontece nas despesas, cujo valor conseguido é inferior em cerca de 500 mil euros ao registado no ano de 2008.

Em termos globais as receitas crescem 8,2%, por efeito da incorporação do saldo de gerência do ano anterior, mas também por efeito do registo em 2015 do apoio financeiro concedido pelo QREN em overbooking para os investimentos do Mercado Municipal e da Central de Camionagem. Sem essa incorporação do saldo de gerência, o crescimento seria de apenas 4,53% e sem o registo daqueles apoios o aumento das receitas seria de apenas 0,56%, colocando o volume global de receitas em valor inferior ao de 2008.

Por tudo isso, os resultados obtidos ao nível das taxas de realização dos documentos previsionais, designadamente GOP's e Orçamento, respetivamente de 53,45% e de 72,42%, traduzem-se uma vez mais num motivo de satisfação para os atuais responsáveis municipais face à conjuntura económica nacional desfavorável e aos condicionamentos próprio da atividade dos municípios, por força das circunstâncias já antes invocadas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – RECURSOS HUMANOS

A valorização dos recursos humanos e a proteção dos respetivos direitos no contexto de crise que se arrasta desde 2008, têm feito parte das prioridades do executivo em permanência ao longo dos últimos anos, procurando sempre proporcionar as melhores formas que, no atual contexto legal e dentro das limitações orçamentais existentes, permitam qualificar, motivar e dirigir os recursos humanos da autarquia em ordem ao bom funcionamento e à melhoria contínua na prestação de serviços às populações e na resposta às solicitações e expectativas dos cidadãos.

Quando o referido contexto legal e as circunstâncias do momento atual continuam a não permitir à motivação dos colaboradores através das recompensas pela via remuneratória, impõe-se-nos a adoção de outros mecanismos que promovam a aproximação dos trabalhadores aos objetivos e às causas que movem todos os responsáveis e agentes ao serviço do desenvolvimento do concelho.

Após ter sido implementada no anterior mandato autárquico a atual estrutura orgânica da Câmara Municipal, que evidencia já a necessidade de ajustamentos e de procura de novas soluções em termos de adaptação aos novos desafios que se colocam hoje em dia às autarquias locais, fixou-se um objetivo de obter respostas para esta crescente necessidade de ajustamento da estrutura de recursos humanos da autarquia aos novos desígnios que o município deve alcançar, quer na perspetiva da sua coerência e articulação com as reais necessidades inerentes aos objetivos a concretizar, quer também na perspetiva da contenção às concretas disponibilidades financeiras dos encargos que dela resultam.

O ano de 2015 acentuou o percurso de diminuição no número de trabalhadores face ao ano anterior, tal como em relação ao volume global de encargos com pessoal, que se manteve praticamente sem alterações, o que reflete bem a postura de contenção a que esta área tem sido sujeita no contexto das macro-decisões da Câmara Municipal.

Os quadros seguintes revelam precisamente a posição da Câmara Municipal em matéria de recursos humanos no final do ano de 2015, destacando-se desde logo, na comparação com o ano de 2014, a redução do número de trabalhadores, que passou de 211 para 205.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de serviço	M							4	4
	F								
Contrato por tempo indeterminado	M		3	7	12	74	2	5	103
	F		1	11	21	61		2	96
Contrato por termo resolutivo certo	M					1			1
	F								
Contrato por tempo resolutivo incerto	M								
	F								
Outra	M								
	F					1			1
Soma	M		3	7	12	75	2	9	108
Soma	F		1	11	21	62		2	97
TOTAL			4	18	33	137	2	11	205

Como se pode ver na contagem segundo a modalidade de vinculação, o total de trabalhadores é agora de 205, menos 6 que em 2014, menos 10 que em 2013 e menos 21



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que em 2012, sendo agora 108 homens e 97 mulheres. É também de salientar que, desde 2009, ano em que a contagem total era de 292 trabalhadores, a redução obtida foi já de 87 elementos, pelas mais diversas razões, aposentação, mobilidade externa, cessação de contratos de trabalho em funções públicas a termo e outras.

Reduziu-se também, face ao ano de 2014, o dado relativo ao número de contratos a termo que é agora de apenas 1, representando uma diferença de menos 83 em comparação com o número que se verificava em dezembro de 2010, ou de 103 em relação a dezembro de 2009.

Quanto ao total de encargos, o Balanço Social, do qual resultam os dados contidos neste capítulo, apresenta um valor global de 2.769.179,83 €, com um ligeiro aumento de 1.142,59 € face ao ano de 2014, o que em termos relativos representa apenas 0,04%.

TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO DE 2015		VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	
Total de Encargos		Valor	2014	2013	2012	2011
Remunerações base		2.009.091,33 €	2.006.150,03 €	2.086.184,00 €	2.282.361,96 €	2.432.187,28 €
Suplementos remuneratórios		97.342,02 €	96.189,04 €	102.732,70 €	117.870,36 €	73.892,39 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	5.410,74 €					
Trabalho normal noturno						
Trabalho em dias de descanso semanal, compl.e feriados	24.172,09 €					
Disponibilidade permanente						
Outros regimes especiais de prestação de trabalho						
Risco, penosidade e insalubridade						
Fixação na periferia						
Trabalho por turnos						
Abono para falhas	3.239,00 €					
Participação em reuniões						
Ajudas de custo	30.441,99 €					
Representação	34.078,20 €					
Secretariado						
Outros suplementos remuneratórios						
Prémios de desempenho						
Prestações sociais:		235.139,98 €	238.998,55 €	249.057,01 €	256.582,73 €	294.179,00 €
Abono de família	25.959,30 €					
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	1.628,37 €					
Subsídio de educação especial	1.407,36 €					
Subsídio mensal vitalício						
Subsídio de refeição	202.221,85 €					
Subsídio de funeral						
Subsídio por morte						
Benefícios sociais						
Outras prestações sociais	3.923,10 €					
Outros encargos com pessoal		427.606,50 €	426.699,62 €	435.969,65 €	606.943,92 €	489.459,93 €
TOTAL DE ENCARGOS		2.769.179,83 €	2.768.037,24 €	2.873.943,36 €	3.263.758,97 €	3.289.718,60 €

Numa comparação mais alargada, verificou-se uma diminuição de 15,82% em comparação com o ano de 2011, equivalente a mais de 520 mil euros, sendo de referir que estes montantes incluem como pessoal relevante para efeitos de Balanço Social, não apenas aquele com quem se encontra estabelecido um vínculo laboral, mas também os membros dos órgãos autárquicos e membros dos gabinetes de apoio.

A análise dos valores desagregados no mesmo quadro permite desde logo concluir que a redução operada no ano de 2013 foi a mais significativa, tendo atingido quase 12%, a qual foi reforçada em 2014 com uma nova redução de 4%, cujos valores estabilizaram no ano de 2015, em montantes praticamente idênticos aos de 2014, quer ao nível das remunerações base, quer também em suplementos remuneratórios, em prestações sociais e em outros encargos com pessoal.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

O ano de 2015 decorreu também sob o digne da responsabilidade social do Município em matéria de aplicação de políticas de estímulo à empregabilidade, de combate ao desemprego de longa duração e à situação de pobreza e precariedade. Nesta matéria, não pode deixar de ser realçado que o investimento do Município na integração em programas de ocupação do IEFP, designadamente em estágios-emprego e contratos emprego-inserção.

Com um investimento de cerca de 240 mil euros durante o ano de 2015 em programas e medidas de apoio ao emprego por parte do IEFP, IP, esta opção representa, por um lado, uma preocupação social por parte da Câmara Municipal relativamente à situação de desemprego que continua a afetar uma larga camada da população ativa, mas também, por outro lado, uma forma de orientar as economias e os ganhos de eficiência obtidos em termos de redução de encargos com recursos humanos para propósitos de cariz social.

Procura-se, desta forma, promover o máximo aproveitamento possível das oportunidades de financiamento externo e não reembolsável que os programas e medidas de apoio pelo IEFP podem proporcionar e, ao mesmo tempo, aliviar as situações de precariedade económica e de desintegração social que muitas famílias de desempregados enfrentam ainda no nosso território.

Importa destacar a este propósito que, no âmbito dos programas e medidas de apoio por parte do IEFP, foram apoiadas diretamente pela Câmara Municipal 116 famílias, com um encargo total de 242.041,46 €, e que proporcionaram o recebimento de 120.629,94 € de apoio por parte do IEFP, IP, ou seja, um valor de mais de 120 mil euros que é transferido para o município e por este injetado na economia local, com proveitos para a atividade económica em geral, a uma média de 1.039,91 € por família apoiada. Dessa diferença resultou um encargo líquido para o município de cerca de 120 mil euros no ano de 2015, equivalente a 1.046,31 € / ano / família.

Retomando a análise aos recursos humanos propriamente ditos, apresentam-se em seguida alguns dados relevantes quanto à estrutura com que foi concluído o ano de 2015. Em primeiro lugar, apresenta-se o quadro de contagem de trabalhadores por cargo-categoria, segundo o nível de escolaridade, do qual se realça a tendência de crescimento no número de trabalhadores com níveis de qualificação mais elevados, designadamente os possuidores de formação académica superior, bem como daqueles de melhoraram as suas qualificações pela via dos percursos de dupla certificação.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 4 anos de escolaridade	M								
	F								
4 anos de escolaridade	M					34			34
	F				1	20			21
6 anos de escolaridade	M					19		1	20
	F					7			7
9.º ano ou equivalente	M				1	14		1	16
	F				1	14			15



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
11.º ano	M				1	1		1	3
	F				3	4			7
12.º ano ou equivalente	M		1		9	7	1	3	21
	F				15	17			32
Bacharelato	M								
	F								
Licenciatura	M		2	6	1		1	3	13
	F		1	11	1			2	15
Mestrado	M			1					1
	F								
Doutoramento	M								
	F								
Soma	M		3	7	12	75	2	9	108
Soma	F		1	11	21	62		2	97
TOTAL			4	18	33	137	2	11	205

Quanto à distribuição do número global de trabalhadores ao serviço do Município, por escalão etário, a contagem foi a seguinte:

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 20 anos	M								
	F								
Entre 20 e 24 anos	M								
	F								
Entre 25 e 29 anos	M								
	F								
Entre 30 e 34 anos	M				3	2			5
	F			1	1	4			6
Entre 35 e 39 anos	M			1	2	4	1	2	10
	F			4	1	9			14
Entre 40 e 44 anos	M		1	4	1	3	1	1	11
	F		1	1	4	9			15
Entre 45 e 49 anos	M				1	13		2	16
	F			4	7	11		1	23
Entre 50 e 54 anos	M		1		2	20		2	25
	F			1	4	8			13
Entre 55 e 59 anos	M		1	1	3	24		2	31
	F				3	14		1	18
Entre 60 e 64 anos	M			1		7			8
	F				1	5			6
Entre 65 e 69 anos	M					2			2
	F					2			2
Com 70 anos ou mais	M								
	F								
Soma	M		3	7	12	75	2	9	108
Soma	F		1	11	21	62		2	97
TOTAL			4	18	33	137	2	11	205

Quanto aos trabalhadores portadores de deficiência, a respetiva contagem mantém um total de 11 trabalhadores a qual evidencia uma clara opção pela disponibilização de oportunidades de trabalho em regime não precário a trabalhadores portadores de deficiência, que caracteriza esta autarquia em matéria de recursos humanos e que se estende ainda à permanente disponibilidade para a integração de portadores de deficiência em estágios curriculares após obtenção de qualificação, designadamente em áreas de jardinagem, e em projetos apoiados por outras medidas do IEPF, designadamente contratos emprego-inserção+.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

CONTAGEM DE TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Soma	M		1		1	3			5
Soma	F				1	5			6
TOTAL			1		2	8			11

Para além do cumprimento de uma obrigação legal, a Câmara Municipal mantém um grande empenhamento na oferta de soluções de valorização profissional dos trabalhadores municipais, sendo-lhes frequentemente proporcionadas oportunidades de participação em ações de formação em diversas áreas, de acordo com os dados que constam do quadro seguinte:

CONTAGEM DE PARTICIPAÇÕES E HORAS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Internas	Num		1,00	1,00	1,00				3,00
	Hor		35,00	35,00	7,00	3,00	321,00		401,00
Externas	Num							1,00	1,00
	Hor							28,00	28,00
Soma de Número de Participações				1,00	1,00			1,00	3,00
Soma de Horas dispendidas				35,00	7,00	3,00	321,00	28,00	394,00

Esta prática é indispensável à permanente melhoria dos procedimentos técnicos e administrativos e à correta adaptação às constantes mudanças no contexto legal e regulamentar que nos cerca, sendo transversal a todos os níveis funcionais e de responsabilidade, como se pode observar no respetivo quadro.

Quanto às entradas e saídas de trabalhadores, a situação ocorrida no ano de 2015 encontra-se transcrita nos quadros seguintes:

CONTAGEM DE TRABALHADORES ADMITIDOS OU REGRESSADOS POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Procedimento concursal	M				1	3			4
	F								
Mobilidade interna a órgãos ou serviços	M								
	F					1			1
Outras situações	M			1		2			3
	F			3	1				4
Soma	M			1	1	5			7
Soma	F			3	1	1			5
TOTAL				4	2	6			12

É relevante neste quadro o facto de, no total de 12 entradas, 10 não corresponderem a entradas efetivas e, portanto, não revelarem aumento do número de trabalhadores, seja porque nos procedimentos concursais 3 das admissões correspondem a colaboradores que já pertenciam ao mapa de pessoal, seja porque nas outras situações se incluem regressos ao serviço após 6 meses de ausência e as restantes por designações para função de categoria superior de titulares de vínculos já pré-existentes com o Município.

No caso de saídas, num total de 17, houve 2 por caducidade de contrato a termo, 1 por revogação por mútuo acordo, 2 por aposentação e 12 por outras situações, designadamente as ausências superiores a 6 meses e 1 por licença sem vencimento.

Como é sabido, estes movimentos de recursos humanos têm sido fortemente condicionados pelas restrições impostas através do Orçamento de Estado, das quais têm resultado alguns condicionamentos relativamente à operacionalidade dos serviços



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

municipais, designadamente nos serviços externos, os quais têm sido minimizados com a integração de trabalhadores desempregados através das medidas de apoio disponibilizadas pelo IEFP, IP, de acordo com as respetivas competências e experiências profissionais e, quando necessário, com o recurso ao trabalho extraordinário.

CONTAGEM DE SAÍDAS DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Caducidade	M					2			2
	F								
Revogação (mútuo acordo)	M								
	F				1				1
Reforma/Aposentação	M					1			1
	F				1				1
Outras situações	M			1	1	4			6
	F			1	3	2			6
Soma	M			1	1	7			9
Soma	F			1	5	2			8
TOTAL				2	6	9			17

No que respeita aos encargos com horas extraordinárias, a situação ocorrida no ano de 2015 é a seguinte:

VALORES PAGOS EM HORAS EXTRAORDINÁRIAS								
		VALOR 2015	VALOR 2014	VALOR 2013	VALOR 2012	VALOR 2011	VALOR 2010	VALOR 2009
Em dias de descanso semanal obrigatório	M	11.934,87 €	11.668,14 €	11.100,75 €	12.558,50 €	20.771,98 €	34.360,00 €	10.140,93 €
	F	213,77 €	62,37 €	105,45 €		293,40 €		
Em dias de descanso semanal complementar	M	10.284,49 €	11.026,44 €	14.426,31 €	25.417,83 €	44.034,76 €	45.004,00 €	46.740,95 €
	F	69,04 €			453,22 €		366,00 €	
Em feriados	M	1.623,87 €	1.712,08 €	2.609,47 €	2.475,75 €	4.438,79 €	6.650,00 €	7.526,37 €
	F	46,05 €	80,73 €		203,48 €			
Trabalho extraord. nocturno	M	2.608,17 €	311,32 €	679,00 €	1.046,00 €			2.265,00 €
	F	302,47 €		19,32 €	29,00 €			
Trabalho extraord. diurno	M	2.039,43 €	2.967,60 €	4.592,95 €	8.270,00 €	7.530,00 €	9.113,00 €	1.512,00 €
	F	460,67 €		38,64 €	432,00 €		329,00 €	
Soma	M	28.490,83 €	27.685,58 €	33.408,48 €	49.768,08 €	76.775,53 €	95.127,00 €	68.185,25 €
Soma	F	1.092,00 €	143,10 €	163,41 €	1.117,70 €	293,40 €	695,00 €	
TOTAL		29.582,83 €	27.828,68 €	33.571,89 €	50.885,78 €	77.068,93 €	95.822,00 €	68.185,25 €
Varição face ao ano anterior		6,30%	-17,11%	-34,03%	-33,97%	-19,57%	40,53%	

A leitura do quadro revela uma inversão da tendência de decréscimo de despesa face aos anos anteriores, sendo que, pelas razões acima apontadas o final de 2015 apresenta um total de 29.582,83 (+6,3%). Já na comparação mais alargada face aos anos anteriores, deve ser tido em conta, como fator de influência nas reduções anuais, não apenas o efeito dos ajustamentos organizativos que têm vindo a ser implementados, mas também o impacto dos cortes verificados nos valores que a lei estabelece para o pagamento de trabalho extraordinário.

É de salientar que, na comparação entre 2010 e 2015, se registou uma diminuição de 66.239,17 €, equivalente a cerca de 69% do montante de encargos assumido em 2010, a qual não se confirmou em 2015, tal como se prevê que aconteça nos próximos anos, uma vez que estará atingido o limiar mínimo que permite assegurar de forma abrangente a prestação durante o fim-de-semana de alguns serviços essenciais, como sejam os relativos ao piquete do Setor de Águas e Saneamento, à recolha extraordinária de cartão e monos e aos serviços extraordinários de transportes em autocarros municipais cuja satisfação ultrapassa o número de horas semanais dos respetivos motoristas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A execução do exercício de 2015 vem revelar-se como mais um ano em que continuamos a apresentar uma situação financeira capaz de enfrentar os compromissos que, com carácter de regularidade, nos são colocados em termos de atividade das instalações e equipamentos públicos, de cumprimento das obrigações e competências legais e de capacidade de realização de investimentos de natureza estratégica.

Com o fim esperado do período final de vigência do QREN e havendo, como se sabe, uma relação diretamente proporcional entre a capacidade de obtenção de financiamentos externos e a aplicação de recursos em investimentos, o ano de 2015 evidenciou uma vez mais um enorme condicionamento à capacidade de realização de investimentos quando a arrecadação de receitas de capital não atinge os montantes que em anos de maior atividade na obtenção de financiamento externo são alcançados.

Daí que a execução do ano de 2015, em matéria de investimentos, consistiu essencialmente na conclusão dos investimentos finais dos projetos financiados pelo PRODER, designadamente eletrificações rurais e limpezas das margens dos rios, os projetos aprovados no âmbito do GAL/ADIBER, o projeto de intervenção de eficiência energética e os investimentos no âmbito do projeto de modernização administrativa do Município. Incluem-se ainda nesta execução os outros investimentos cuja realização foi independente da arrecadação de receitas de capital relativas a financiamentos externos.

Para além da execução relativa aos investimentos, a ação municipal tem procurado de forma cada vez mais intensa e competente proceder à implementação de planos de otimização e de poupanças em áreas de gestão corrente, procurando mesmo alocar alguns recursos próprios a esses objetivos ou, como também já foi o caso, apresentar e realizar projetos para obtenção de financiamentos externos tendo em vista o alcance de resultados satisfatórios em termos de eficiência e poupanças em matéria de consumos. São disso exemplo a candidatura aprovada e já em fase de conclusão relativa ao processo de modernização administrativa em curso, sob a designação “Novo Modelo de Atendimento - A Implementação de um Atendimento Multicanal” e a operação referente aos investimentos em iluminação pública com poupanças ao nível da eficiência energética e que se vêm juntar às poupanças que têm vindo a ser conseguidas ao nível de alguns consumos internos, como sejam os custos com combustíveis, com comunicações e outros.

Ao contrário do sucedido no ano de 2014, que ficou marcado por ser o segundo mais baixo de sempre em termos de arrecadação de receitas de capital, desde 1990, o ano de 2015 recuperou um pouco desta tendência, embora, como já referido, por efeito da incorporação do saldo de gerência, registado pelo valor de 559.467,59 € e da contabilização das participações FEDER, recebidas no último dia útil do ano de 2015, pelo valor total de 570.599,46 €, relativas aos projetos QREN – MaisCentro, aprovados em regime de overbooking, Mercado Municipal e Central de Camionagem, e que vieram a beneficiar efetivamente de participação em consequência de terem sido classificados, respetivamente, em 4.º e 5.º lugares, numa lista de 70 projetos de toda a Região Centro.

Verifica-se, pois, que as receitas de capital cresceram 55,33% face a 2014, mas apenas porque o ano anterior tinha sido particularmente baixo em termos de arrecadação de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

receitas de capital. Ainda assim, o valor de 2015 foi inferior em mais de 300 mil euros ao valor de final de 2013 e só em 1997 se encontra um valor tão reduzido quando o obtido em 2015.

No que respeita ao volume de transferências do Orçamento de Estado, o exercício de 2015 corresponde ao início de um novo período de recuperação no volume de receitas provenientes do FEF/FSM/Part.IRS, que se espera possa consolidar-se em consequência da nova perspetiva política que o Governo Central está a implementar nesta matéria. O volume total de transferências do FEF registou um acréscimo de 6,75%, sendo de 7,01% a variação relativa ao FEF/FSM/Part.IRS – Correntes e de 4,07% a variação verificada no FEF - Capital.

Porém, em termos reais, o volume total de transferências do FEF, apesar do acréscimo atrás mencionado, coloca esta componente essencial da atividade financeira do Município em valores equivalentes aos de 2008, inferiores até em cerca de 43 mil euros.

Como consequência disso ocorreu em 2015 uma alteração na relação proporcional entre investimentos e transferências de capital que contrasta com o histórico dos últimos anos, na medida em que o volume de investimentos realizados não foi acima de 76,88% do valor obtido em transferências de capital. A este resultado não é também alheia a circunstância de que para alguns dos projetos financiados, designadamente os relativos às limpezas das margens dos rios, a despesa realizada correspondeu a despesas correntes e dessa forma contribuiu de forma inversamente proporcional para a composição do rácio investimentos / transferências de capital.

Ainda assim, foram realizados ou concluídos alguns investimentos municipais, pelo que se justifica percorrer a Execução Anual Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2015, analisando o grau de realização dos projetos que eram considerados mais relevantes e com efeito estratégico no nível de desenvolvimento do concelho:

- a) Ampliação e requalificação da rede de iluminação pública em meio rural, urbano, centros históricos e outros – Este projeto PPI incluiu a empreitada destinada à Intervenção de Eficiência Energética na Iluminação Pública – Fase I, no valor de 63.217,34 €, que se encontra totalmente concluída, com financiamento aprovado no âmbito do POVT pelo valor de 50.693,15 €, mas ainda não totalmente recebido. O Projeto PPI, que na sua globalidade inclui outras intervenções de pequena dimensão, foi concretizado com 98,43% de taxa de execução face à previsão contida no PPI.
- b) Instalação de redes de distribuição e de linhas de alimentação em MT e BT e de postos de transformação – Este Projeto PPI corresponde, essencialmente à empreitada destinada a dar execução à operação de Eletrificação de Diversos Caminhos Agrícolas do Concelho, financiado pelo PRODER, com um investimento de 230.975,26 € e uma comparticipação de 173.231,45 €. No ano de 2015 foi realizada no âmbito da mesma operação a despesa de 88.805,75 €, sendo que, na totalidade, o projeto PPI foi concluído com uma taxa de execução de 97,66% face à respetiva previsão.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

- c) Requalificação do Parque Merendeiro e da Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas - Este Projeto PPI corresponde à empreitada com a mesma designação incluída no projeto financiado pelo PRODER através do GAL/ADIBER, com um investimento total de 72.061,76 € e uma comparticipação de 40.789,67 €. No ano de 2015 foi realizada no âmbito da mesma operação a despesa de 31.278,78 €, sendo que, na totalidade, o projeto PPI foi concluído com uma taxa de execução de 58,95% face à respetiva previsão.
- d) Camping Car – “Serra da Estrela Oeste” - Este Projeto PPI corresponde à empreitada com a mesma designação incluída no projeto financiado pelo PRODER através do GAL/ADIBER, com um investimento total de 26.842,46 € e uma comparticipação de 14.400,00 €. No ano de 2015 foi realizada no âmbito da mesma operação a despesa total de 26.842,46 €, sendo que, na totalidade, o projeto PPI foi concluído com uma taxa de execução de 97,61% face à respetiva previsão.

No âmbito das rubricas genéricas, são merecedores de referências outros projetos e ações inseridos no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2015, designadamente os seguintes:

1. A Construção, ampliação, requalificação e beneficiação de estabelecimentos escolares, com um nível de execução de 79,92% relativamente ao valor orçamentado, com uma realização em termos absolutos de 22.805,42 €;
2. A Execução de obras de adaptação, ampliação, conservação e reparação - Estádio Municipal, com um montante de despesa de 18.361,58 €, representando uma taxa de execução de 61,21%.
3. A Infraestruturação de arruamentos / espaços públicos, com um nível de execução de 88,27% relativamente ao valor orçamentado, com uma realização em termos absolutos de 116.136,00 €;
4. As despesas com substituição e ampliação de redes de esgotos e construção de ramais de saneamento, no montante de 102.542,88 €, com uma taxa de execução de 76,94%;
5. A Substituição das redes de saneamento e águas pluviais em Vila Franca da Beira, no montante de 23.721,80, equivalente a 19,34% do montante orçamentado;
6. A abertura e conservação de caminhos e estradões florestais, com um investimento que ascendeu a 79.588,46 €, equivalente a 95,19% do montante previsto;
7. A construção, ampliação, beneficiação e manutenção das redes de abastecimento de água, com uma despesa de investimento de 35.303,52 €, e uma taxa de execução de 63,44% que, tal como em relação aos investimentos feitos na área de saneamento em regime de administração direta, não contempla a despesa corrente inerente a estes investimentos, designadamente a relacionada com pessoal e aquisição de bens e de serviços;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

8. Os investimentos em rede viária e sinalização, que são de execução continuada e que representam anualmente valores significativos de despesa de capital e que do mesmo modo não inclui as despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços correntes, como sejam:
 - 8.1 Arruamento, pontes, aquedutos, muros e obras complementares nas vias municipais – 102.377,54 €; 74,41% de taxa de execução;
 - 8.2 Execução, reparação e beneficiação de estradas, caminhos e estradões – 103.413,98 €; 92,04% de taxa de execução;
 - 8.3 Sinalização toponímica, turística, orientadora, vertical e horizontal de vias municipais – 35.759,06 €; 87,22% de taxa de execução;
9. A informatização e modernização dos serviços, que incluem as despesas em curso no âmbito do projeto Novo Modelo de Atendimento, financiado no âmbito do POFC – Programa Operacional Fatores de Competitividade, que no seu conjunto geraram investimentos no ano de 2015 de 197.942,89 €.

Tendo em conta as referências feitas anteriormente a alguns dos projetos realizados com recurso a financiamentos externos, justifica-se que se proceda à atualização da informação relativa a todos os projetos financiados com referência a 31 de dezembro de 2015, incluídos no período de vigência do QREN, ou seja, entre 2007 e 2013 e que se encontram concluídos na sua plenitude.

Os projetos constantes do primeiro quadro correspondem às novas candidaturas apresentadas ao QREN – Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do 1.º Aviso de Candidaturas em regime de Balcão Permanente, para aprovação em *overbooking*, sobre as quais foram já feitas referências relativamente à sua aprovação e classificação na ordenação de todos os projetos apresentadas no âmbito do mesmo Aviso de concurso. É de realçar que os critérios de ordenação dos projetos na referida lista contemplaram a rapidez na apresentação dos pedidos de pagamento e dos relatórios finais de execução.

PROJETOS ENCERRADOS APROVADOS NO ÂMBITO DO QREN / PORC - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL - Overbooking								
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
			Valor	%				
Requalificação, Beneficiação e Apetrechamento do Mercado Municipal	485.270,27 €	457.802,14 €	389.131,82 €	85,000%	435.169,83 €	369.894,36 €	351.399,64 €	18.494,72 €
Construção da Central de Camionagem em Oliveira do Hospital	324.222,26 €	302.622,41 €	257.229,05 €	85,000%	271.454,89 €	230.736,66 €	219.199,82 €	11.536,84 €
Soma	809.492,53 €	760.424,55 €	646.360,87 €	85,000%	706.624,72 €	600.631,02 €	570.599,46 €	30.031,56 €

Os projetos contidos no quadro seguinte dizem respeito às restantes candidaturas já concluídas em termos de realização física e financeira no âmbito do QREN – Programa Operacional Regional do Centro.

Como se pode verificar, foram realizadas neste grupo 13 operações de investimento, que corresponderam a um montante total de realização em termos absolutos de 9,5 milhões de euros, que geraram receitas externas provenientes de fundos comunitários no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

montante de 7.473.384,44 €, relativamente ao qual existe ainda um saldo de comparticipação FEDER a receber no montante de 240.856,60 €.

PROJETOS ENCERRADOS APROVADOS NO ÂMBITO DO QREN / PORC - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL									
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	Obs	P.P. Reembolsados	Saldo Comparticipação
			Valor	%					
Remodelação e Ampliação da EB1/II de Oliveira do Hospital	495.425,47 €	431.224,50 €	366.540,83 €	85,000%	431.224,48 €	366.540,81 €		366.540,81 €	0,02 €
Benef. Rectif. e Paviment. da EM 504 entre Lagares da Beira/Limite do Concelho e Benef. Rectif. e Pavim. da EM504-2, entre a EM 504 e a povoação de Meruge	682.009,22 €	679.252,97 €	577.365,02 €	85,000%	679.252,97 €	577.365,02 €		577.365,02 €	0,00 €
Requalificação Urbanística do Largo Rib. Amaral e Req. Da Av. 5 de Outubro, da Rua Gen. Santos Costa e Rua Prof. Antunes Varela, em Oliv. Hospital	2.484.586,88 €	2.060.315,75 €	1.751.268,39 €	85,000%	2.397.466,54 €	1.751.268,39 €		1.765.645,16 €	-14.376,77 €
Estrada do Vale do Alva - 3.ª Fase: Troço III Aldeia das Dez / Vale de Maceira	1.219.322,61 €	1.212.150,96 €	1.030.328,32 €	85,000%	1.214.170,17 €	1.030.241,36 €		977.504,98 €	52.823,34 €
Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal	860.349,07 €	799.590,18 €	679.651,66 €	85,000%	799.590,18 €	679.651,65 €		648.382,34 €	31.269,32 €
Instalação de Equipamentos Informativos constituídos por Quiosques Multimédia de Exterior e de Equipamentos de Recolha de RSU Valorizáveis e Indiferenciados	176.374,05 €	176.374,05 €	149.917,94 €	85,000%	176.374,05 €	149.917,94 €		149.917,94 €	0,00 €
Rectificação e Pavimentação da EM 509 - Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira / Oliveira do Hospital	907.080,21 €	907.080,21 €	771.018,18 €	85,000%	907.080,21 €	780.078,95 €		732.466,77 €	38.551,41 €
Execução da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital - Infraestruturas Fase I	492.278,21 €	483.689,40 €	411.135,99 €	85,000%	483.689,40 €	411.135,99 €		390.578,70 €	20.557,29 €
Centro Educativo de Nogueira do Cravo	1.304.106,92 €	1.278.478,64 €	1.086.706,84 €	85,000%	1.260.142,12 €	1.260.611,63 €		972.161,30 €	114.545,54 €
Ligações Técnicas de Saneamento de Oliveira do Hospital - Seixo da Beira - Fase II	249.661,64 €	159.668,41 €	127.734,73 €	80,000%	159.668,41 €	127.734,73 €		127.734,73 €	0,00 €
Requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez	164.829,99 €	164.829,99 €	140.105,49 €	85,000%	164.830,01 €	140.105,49 €		133.100,22 €	7.005,27 €
Requalificação da envolvente da Praia Fluvial da Ilha do Picôto, em Avó	124.204,66 €	119.901,06 €	101.915,90 €	85,000%	124.204,66 €	101.915,90 €		101.915,90 €	0,00 €
Requalificação Urbanística da Av. D. Manuel I e Av. Nova, em Ervedal da Beira	371.185,73 €	329.053,12 €	279.695,15 €	85,000%	329.053,12 €	289.213,97 €		289.213,97 €	-9.518,82 €
Soma	9.531.414,66 €	8.801.609,24 €	7.473.384,44 €	84,909%	9.126.746,32 €	7.665.781,83 €		7.232.527,84 €	240.856,60 €

Os quadros seguintes refletem a situação relativa aos projetos apresentados e aprovados no âmbito do POVT – Programa Operacional Valorização do Território, bem como a posição do Município no acesso a financiamentos externos para os investimentos no sector do saneamento básico, através do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água”.

PROJETOS ENCERRADOS APROVADOS NO ÂMBITO DO QREN / POVT - PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO									
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	Obs	P.P. Reembolsados	Saldo Comparticipação
			Valor	%					
Ligações Técnicas de Saneamento de Oliveira do Hospital - Seixo da Beira - Fase II	176.785,79 €	167.553,15 €	150.403,60 €	89,765%	325.505,79 €	140.961,77 €		135.111,19 €	15.292,41 €
Abastecimento de água e saneamento à Moita, Formarigo e Carvalha - Penalva de Alva	486.478,92 €	445.025,12 €	378.271,35 €	85,000%	429.936,42 €	365.445,96 €		358.298,44 €	19.972,91 €
Soma	663.264,71 €	612.578,27 €	528.674,95 €	86,303%	755.442,21 €	506.407,73 €		493.409,63 €	35.265,32 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Em primeiro lugar apresenta-se no quadro que antecede a situação relativa aos projetos aprovados e já encerrados, com Relatório Final de Execução apresentado até 31 de dezembro de 2015 e dos quais existe um saldo de participação a receber de 35.265,32 €.

Em segundo lugar transpõe-se a informação relativa ao projeto que já se encontra também concluído física e financeiramente, embora com apresentação do Relatório Final de Execução já em janeiro de 2015 e do qual se aguardava em 31 de dezembro o recebimento do saldo final de 38.788,07 €, sendo esse saldo agora de apenas 3.986,48 €.

Através desta fonte de financiamento o Município realizou projetos com um volume total de investimento de 728.292,55 €, do qual resultou uma participação através do FCOES – Fundo de Coesão de 580.819,92 €.

PROJETOS APROVADOS E NÃO ENCERRADOS NO ÂMBITO DO QREN / POVT - PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO									
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	COES	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
			Valor	%					
Intervenção de Eficiência Energética na Iluminação Pública - Fase I	65.027,84 €	61.347,02 €	52.144,97 €	85,000%	59.639,00 €	50.693,15 €		13.356,90 €	38.788,07 €
Soma	65.027,84 €	61.347,02 €	52.144,97 €	85,000%	59.639,00 €	50.693,15 €		13.356,90 €	38.788,07 €
Soma	728.292,55 €	673.925,29 €	580.819,92 €	86,185%	815.081,21 €	557.100,88 €		506.766,53 €	74.053,39 €

Vale também a pena referir que, ainda no âmbito do POVT e do Fundo de Coesão, se aguarda decisão final quanto à integração do projeto, abaixo indicado, já concluído em termos físicos e financeiros, mas cuja aprovação em regime de overbooking não permitiu assegurar desde logo a atribuição concreta de participação.

PROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DO QREN / POVT - PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - Overbooking									
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	COES	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
			Valor	%					
Abastecimento de Água e Prolongamento das Redes de Saneamento - Av. Principal e Qta. Rio Seco em Travanca de Lagos e Qta. Das Tapadas em Bobadela	270.557,72 €	261.137,65 €	221.967,00 €	85,000%	209.300,88 €	177.905,75 €		0,00 €	177.905,75 €
Soma	270.557,72 €	261.137,65 €	221.967,00 €	85,000%	209.300,88 €	177.905,75 €		0,00 €	177.905,75 €

Com a sua realização, o volume de investimento realizado no âmbito desta fonte de financiamento sobe para o montante de 998.850,27 €, sendo que, em caso de aprovação definitiva, o montante total de fundo proveniente do POVT poderá ascender a 758.725.67 €.

No âmbito do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, foram realizadas diversas intervenções após terem sido submetidos e aprovados os correspondentes Pedidos de Apoio, designadamente à medida de Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal e de Regadio e à medida de Outras Infraestruturas Coletivas, cujo resumo e situação atual dos projetos consta no segundo quadro seguinte:

PROJETOS ENCERRADOS APROVADOS NO ÂMBITO DO PRODER - Gestão de Espaço Florestal e Agro-Florestal									
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	COES	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
			Valor	%					
Manutenção e Recuperação de Galerias Ripícolas	499.938,47 €	467.596,22 €	467.596,22 €	100,000%	467.483,67 €	467.483,67 €		467.483,67 €	0,00 €
Eletificação dos diversos caminhos agrícolas do concelho	230.975,26 €	230.975,26 €	173.231,45 €	85,000%	182.367,03 €	155.011,98 €		155.011,97 €	0,00 €
Soma	730.913,73 €	698.571,48 €	640.827,67 €	91,734%	649.850,70 €	622.495,65 €		622.495,64 €	0,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Ainda no âmbito do PRODER, mais concretamente no Subprograma 3, sob gestão e acompanhamento do GAL/ADIBER, foram apresentados e aprovados os dois pedidos de apoio já anteriormente referidos, que representam um volume de investimento no montante de 97.516,92 € e cuja situação atual é a seguinte, ou seja, os projetos estão concluídos e com recebimento das participações totais.

PROJETOS ENCERRADOS APROVADOS NO ÂMBITO DO PRODER - GAL/ADIBER								
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
			Valor	%				
Área de Recreio e Lazer e Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas	72.076,92 €	67.997,09 €	40.798,25 €	60,000%	67.982,79 €	40.789,67 €	40.789,67 €	0,00 €
Camping Car - "Serra da Estrela Oeste"	25.440,00 €	24.000,00 €	14.400,00 €	60,000%	24.000,00 €	14.400,00 €	14.400,00 €	0,00 €
Soma	97.516,92 €	91.997,09 €	55.198,25 €	60,000%	91.982,79 €	55.189,67 €	55.189,67 €	0,00 €

O quadro abaixo identifica o projeto que havia sido submetido a candidatura através do SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, financiado no âmbito do POFC – Programa Operacional Fatores de Competitividade e que diz respeito aos investimentos de modernização administrativa e de informatização de serviços, a levar a efeito pela Câmara Municipal sob a designação de “Novo Modelo de Atendimento – A Implementação de um Atendimento Multicanal”.

PROJETOS APROVADOS E NÃO ENCERRADOS NO ÂMBITO DO QREN / POFC - PROGRAMA OPERACIONAL FATORES DE COMPETITIVIDADE								
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
			Valor	%				
Novo Modelo de Atendimento - A Implementação de um Atendimento Multicanal	545.428,37 €	420.328,71 €	357.279,41 €	85,000%	374.018,02 €	313.576,90 €	313.576,90 €	43.702,51 €
Soma	545.428,37 €	420.328,71 €	357.279,41 €	85,000%	374.018,02 €	313.576,90 €	313.576,90 €	43.702,51 €

Trata-se de um investimento global de quase 550 mil euros, tendo sido aprovado com um valor de investimento elegível de 420.328,71 €, apoiado por uma participação de 357.279,41 €, a uma taxa de 85%, da qual se encontra ainda para receber a importância de 43.702,51 €.

Por fim, resta fazer referência ao projeto apresentado e já concluído, com apresentação do Relatório de Execução, que diz respeito à elaboração do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital. Ou seja, embora as intervenções a levar a efeito no contexto do PEDU tenham enquadramento no quadro de programação estratégica para o período 2014-2020, identificado formalmente como “Portugal 2020”, foi ainda possível obter financiamento no anterior QREN, através do POAT-FEDER – Programa Operacional Assistência Técnica, para suporte dos custos inerentes à conceção e preparação do processo que incorporou a candidatura do Município de Oliveira do Hospital ao Aviso de Concurso n.º EIDT-99-2015-03 “Convite para a apresentação de candidaturas Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano”.

Essa conceção e preparação envolveram um investimento total de 59.040,00 € e beneficiou de uma participação equivalente ao valor máximo fixado para esta finalidade, no montante de 25.000,00 €.

PROJETOS APROVADOS E NÃO ENCERRADOS NO ÂMBITO DO QREN / POAT-FEDER - PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA								
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
			Valor	%				
Elaboração do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital	59.040,00 €	29.411,76 €	25.000,00 €	85,000%	29.411,76 €	25.000,00 €	0,00 €	25.000,00 €
Soma	59.040,00 €	29.411,76 €	25.000,00 €	85,000%	29.411,76 €	25.000,00 €	0,00 €	25.000,00 €

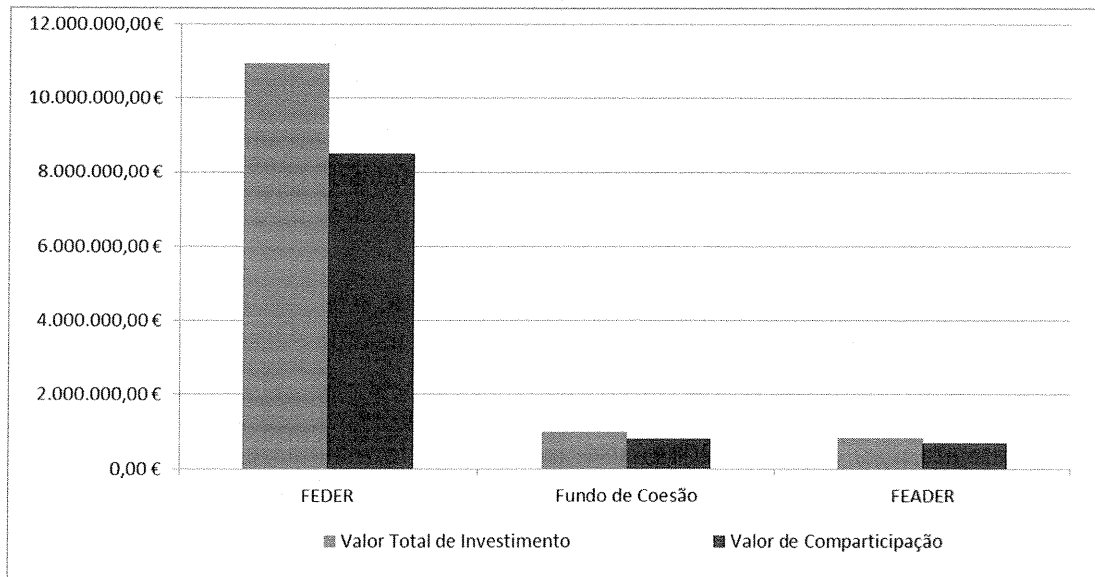


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

A título de atualização do balanço final relativo à capacidade de acesso do Município ao quadro comunitário que se iniciou em 2007 e cujos dados globais se encontram transpostos no quadro seguinte, importa sublinhar o montante de 12,77 milhões de euros de investimento realizado com projetos aprovados no âmbito do quadro comunitário de apoio, bem como o volume total de participações aprovadas que atingiu o valor de 10.000.837,56 €, sendo que, em 31 de dezembro de 2015, o montante total de participações ainda não recebidas atingia o valor de 591.549,81 € e que irão sendo processadas a favor do Município à medida em que foram sendo considerados definitivamente encerrados em termos processuais os respetivos projetos financiados.

TOTAL DE PROJETOS APROVADOS E EM APROVAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL								
	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo
			Valor	%				
Soma APROVADOS.....	12.772.656,48 €	11.737.405,77 €	10.000.837,56 €	85,205%	12.003.016,40 €	10.017.681,69 €	9.301.156,04 €	591.549,81 €

Em complemento da informação já disponibilizada sobre este tema, justifica-se também uma apreciação comparativa entre as diversas fontes de financiamento comunitárias que apoiaram a realização dos investimentos acima identificados. No seu conjunto as intervenções beneficiaram do apoio de três fundos de financiamento comunitário, designadamente o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o FCOES – Fundo de Coesão e o FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.



Do gráfico acima resulta, desde logo, a conclusão de que o FEDER é o fundo com maior contributo nos investimentos municipais realizados com recurso a financiamento externo não reembolsável, no caso, com um valor de 8.502.024,72 € de participações aprovadas. Seguiu-se-lhe o Fundo de Coesão com um montante total de participações aprovadas de 802.786,92 €, embora incluindo a importância de 211.967,00 € aprovada em regime de overbooking e, por último, o FEADER com um valor de 696.025,92 € de participações aprovadas.

Em termos relativos, o FEDER representou 85% do total das participações aprovadas a favor dos investimentos realizados pelo Município de Oliveira do Hospital, sendo os



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

restantes 15% repartidos de forma mais ou menos equivalente entre o Fundo de Coesão, com 8% e o FEADER com 7%.

Faz ainda sentido acrescentar a este capítulo a informação quando aos montantes de que o Município de Oliveira do Hospital beneficiou em termos de acesso aos financiamentos por parte do IEFP, I.P., uma vez que os mesmos incorporaram financiamentos no âmbito do Fundo Social Europeu.

Tratam-se de financiamentos destinados a apoiar intervenções com outras finalidades, designadamente no âmbito do apoio à empregabilidade e que, entre os anos de 2010 e de 2015, ascenderam ao montante de 710.328,74 €, sendo que no ano de 2015 o valor recebido foi de 134.558,79 €, o qual inclui os montantes já anteriormente mencionados quanto aos projetos apoiados no âmbito da medida contrato emprego-inserção+ e no âmbito do programa estágios-emprego, bem como os apoios recebidos a favor da instalação e funcionamento do GIP – Gabinete de Inserção Profissional.

Não obstante os expressivos resultados obtidos no acesso ao QREN agora concluído, não pode deixar de ser salientada a circunstância de que o executivo em permanência tem dedicado uma grande preocupação à definição da estratégia de abordagem ao novo Portugal 2020 e, em particular, ao enquadramento que o Município pode alcançar tanto em relação ao Centro 2020, como no que respeita aos programas temáticos de âmbito nacional.

Desde logo, o facto do Município de Oliveira do Hospital ter sido seleccionado como um dos 31 eixos urbanos com enquadramento específico na política de cidades e na regeneração urbana e de que resultou a elaboração e apresentação da respetiva candidatura referente ao PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital e que foi antecedido da elaboração e aprovação das ARU's de Oliveira do Hospital e de Bobadela e do Plano de Ação.

Noutra vertente, o Município assegurou ainda a inclusão na candidatura global da CIM – Região de Coimbra aos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, de um conjunto de outros investimentos estratégicos para o desenvolvimento local, designadamente na área da educação, através do Campus Educativo de Oliveira do Hospital e do Programa de Combate ao Abandono Escolar e na área da Cultura, por intermédio dos projetos designados por Ruínas Romanas de Bobadela e Musealização do Centro de Acolhimento e Interpretação e da Casa Paroquial e Igreja de São Pedro de Lourosa - Arranjos dos Espaços Envolventes.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Justifica-se agora uma análise abrangente ao nível de execução das Grandes Opções do Plano e especificamente do Plano Plurianual de Investimentos, razão pela qual se apresentam os seguintes quadros:

PPI - Plano Plurianual de Investimentos: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Orgânica da Despesa		Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Variação Previsões %	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	%
01	Educação e Formação Profissional	193.500,00 €	139.000,00 €	-28,17%	63.545,81 €	-75.454,19 €	45,72%
001	Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	138.500,00 €	84.000,00 €	-39,35%	57.544,96 €	-26.455,04 €	68,51%
003	Ensino superior	55.000,00 €	55.000,00 €	0,00%	6.000,85 €	-48.999,15 €	10,91%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livre	432.000,00 €	346.000,00 €	-19,91%	32.631,56 €	-313.368,44 €	9,43%
001	Cultura	311.500,00 €	215.500,00 €	-30,82%	4.615,33 €	-210.884,67 €	2,14%
002	Desporto	95.500,00 €	105.500,00 €	10,47%	28.016,23 €	-77.483,77 €	26,56%
003	Juventude e Tempos Livres	25.000,00 €	25.000,00 €	0,00%	0,00 €	-25.000,00 €	0,00%
03	Solidariedade e Acção Social	64.000,00 €	64.000,00 €	0,00%	1.415,48 €	-62.584,52 €	2,21%
001	Creches	2.000,00 €	2.000,00 €	0,00%	262,15 €	-1.737,85 €	13,11%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00%	0,00 €	-1.000,00 €	0,00%
003	Outras infra-estruturas de acção social	6.000,00 €	6.000,00 €	0,00%	36,05 €	-5.963,95 €	0,60%
004	Implementação da rede social	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	0,00 €	-5.000,00 €	0,00%
006	Habitação social	50.000,00 €	50.000,00 €	0,00%	1.117,28 €	-48.882,72 €	2,23%
04	Saúde	100.000,00 €	100.000,00 €	0,00%	0,00 €	-100.000,00 €	0,00%
001	Extensões de saúde	100.000,00 €	100.000,00 €	0,00%	0,00 €	-100.000,00 €	0,00%
05	Habitação e Urbanismo	650.000,00 €	710.500,00 €	9,31%	299.710,47 €	-410.789,53 €	42,18%
001	Habitação	77.000,00 €	77.000,00 €	0,00%	960,63 €	-76.039,37 €	1,25%
002	Planeamento urbanístico	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00%	0,00 €	-1.000,00 €	0,00%
003	Iluminação pública	150.000,00 €	194.500,00 €	29,67%	178.166,46 €	-16.333,54 €	91,60%
004	Urbanização	188.500,00 €	143.500,00 €	-23,87%	116.136,00 €	-27.364,00 €	80,93%
005	Intervenções de requalificação urbanística	233.500,00 €	294.500,00 €	26,12%	4.447,38 €	-290.052,62 €	1,51%
06	Saneamento e Salubridade	630.000,00 €	706.500,00 €	12,14%	139.471,80 €	-567.028,20 €	19,74%
001	Saneamento	585.000,00 €	665.000,00 €	13,68%	127.047,33 €	-537.952,67 €	19,10%
002	Higiene pública	42.500,00 €	39.000,00 €	-8,24%	12.424,47 €	-26.575,53 €	31,86%
003	Cemitérios	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00%	0,00 €	-2.500,00 €	0,00%
07	Segurança e Protecção Civil	161.000,00 €	161.000,00 €	0,00%	79.588,46 €	-81.411,54 €	49,43%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	154.500,00 €	154.500,00 €	0,00%	79.588,46 €	-74.911,54 €	51,51%
004	Serviço municipal de protecção civil	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	0,00 €	-5.000,00 €	0,00%
005	Intempéries /situações de calamidade	1.500,00 €	1.500,00 €	0,00%	0,00 €	-1.500,00 €	0,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	640.000,00 €	597.000,00 €	-6,72%	163.254,27 €	-433.745,73 €	27,35%
001	Água	305.500,00 €	305.500,00 €	0,00%	48.464,44 €	-257.035,56 €	15,86%
002	Turismo	97.500,00 €	124.500,00 €	27,69%	60.412,65 €	-64.087,35 €	48,52%
003	Mercados e Feiras	40.000,00 €	40.000,00 €	0,00%	34.377,18 €	-5.622,82 €	85,94%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	2.000,00 €	2.000,00 €	0,00%	0,00 €	-2.000,00 €	0,00%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	195.000,00 €	125.000,00 €	-35,90%	20.000,00 €	-105.000,00 €	16,00%
09	Comunicações e Transportes	745.000,00 €	920.439,69 €	23,55%	294.429,56 €	-626.010,13 €	31,99%
001	Rede viária e sinalização	710.000,00 €	885.439,69 €	24,71%	274.097,66 €	-611.342,03 €	30,96%
002	Transportes	20.000,00 €	20.000,00 €	0,00%	17.568,29 €	-2.431,71 €	87,84%
003	Estacionamento	15.000,00 €	15.000,00 €	0,00%	2.763,61 €	-12.236,39 €	18,42%
10	Defesa do Meio Ambiente	115.000,00 €	88.000,00 €	-23,48%	22.924,06 €	-65.075,94 €	26,05%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00%	0,00 €	-2.500,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	95.000,00 €	68.000,00 €	-28,42%	22.924,06 €	-45.075,94 €	33,71%
003	Recursos naturais	17.500,00 €	17.500,00 €	0,00%	0,00 €	-17.500,00 €	0,00%
11	Modernização dos Serviços	676.000,00 €	601.000,00 €	-11,09%	231.809,31 €	-369.190,69 €	38,57%
001	Órgãos autárquicos	40.500,00 €	50.500,00 €	24,69%	32.205,43 €	-18.294,57 €	63,77%
002	Racionalização	407.000,00 €	407.000,00 €	0,00%	197.942,89 €	-209.057,11 €	48,63%
003	Edifício dos Paços do Concelho	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	127,70 €	-4.872,30 €	2,55%
004	Estaleiro municipal	223.500,00 €	138.500,00 €	-38,03%	1.533,29 €	-136.966,71 €	1,11%
15	Tecnologia e Inovação	7.000,00 €	7.000,00 €	0,00%	0,00 €	-7.000,00 €	0,00%
001	Generalização do uso de TIC's	7.000,00 €	7.000,00 €	0,00%	0,00 €	-7.000,00 €	0,00%
TOTAL DO PPI E TAXAS DE EXECUÇÃO ...		4.413.500,00 €	4.440.439,69 €	0,61%	1.328.780,78 €	-3.111.658,91 €	29,92%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS GOP's ...							53,45%

Em primeiro lugar, a análise comparativa entre previsão e execução do PPI, fornece informação sobre as dotações iniciais, as dotações corrigidas após modificações ao PPI, a despesa paga total, a variação absoluta entre esta e as dotações corrigidas e a taxa de execução face às dotações corrigidas. O mesmo quadro identifica cada um dos Objectivos e respetiva desagregação em Programas, sendo que a taxa de execução global foi de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

29,92% que, em comparação com a taxa de 38,97%, de 2014 e de 37,46%, de 2013, representa uma ligeira inversão no percurso de manutenção da capacidade de realização dos investimentos, face ao que havia sido previsto, que vinha sendo seguida nos últimos anos. É sabido, porém, que as razões dessa inversão assentam na quase inexistência de recursos disponíveis atualmente para acesso aos fundos comunitários, pelas razões já antes invocadas. Se considerarmos as GOP's, que englobam PPI's e Atividades mais Relevantes, as taxas de realização são de 53,45% (2015), de 53,46% (2014) e de 49,54% (2013), revelando também uma tendência de melhoria ao longo dos últimos anos.

PPI - Plano Plurianual de Investimentos: ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Orgânica da Despesa		Despesa Paga Total (2015)	Ponderações %	Despesa Paga Total (2014)	Ponderações %	Variações (2015-2014)	
Classif.	Designação					€	%
01	Educação e Formação Profissional	63.545,81 €	4,78%	68.329,48 €	3,22%	-4.783,67 €	-7,00%
002	Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	57.544,96 €	4,33%	18.785,15 €	0,88%	38.759,81 €	206,33%
003	Ensino superior	6.000,85 €	0,45%	49.544,33 €	2,33%	-43.543,48 €	-87,89%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livre	32.631,56 €	2,46%	83.449,05 €	3,93%	-50.817,49 €	-60,90%
001	Cultura	4.615,33 €	0,35%	1.460,20 €	0,07%	3.155,13 €	216,08%
002	Desporto	28.016,23 €	2,11%	81.988,85 €	3,86%	-53.972,62 €	-65,83%
002	Juventude e Tempos Livres	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
03	Solidariedade e Acção Social	1.415,48 €	0,11%	6.672,18 €	0,31%	-5.256,70 €	-78,79%
001	Creches	262,15 €	0,02%	1.370,31 €	0,06%	-1.108,16 €	-80,87%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
003	Outras infra-estruturas de acção social	36,05 €	0,00%	0,00 €	0,00%	36,05 €	0,00%
004	Implementação da rede social	0,00 €	0,00%	344,63 €	0,02%	-344,63 €	-100,00%
006	Habitação social	1.117,28 €	0,08%	4.957,24 €	0,23%	-3.839,96 €	-77,46%
04	Saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
001	Extensões de saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
05	Habitação e Urbanismo	299.710,47 €	22,56%	184.558,58 €	8,69%	115.151,89 €	62,39%
001	Habitação	960,63 €	0,07%	15.474,83 €	0,73%	-14.514,20 €	-93,79%
002	Planeamento urbanístico	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
003	Iluminação pública	178.166,46 €	13,41%	128.613,22 €	6,05%	49.553,24 €	38,53%
004	Urbanização	116.136,00 €	8,74%	0,00 €	0,00%	116.136,00 €	0,00%
005	Intervenções de requalificação urbanística	4.447,38 €	0,33%	40.470,53 €	1,90%	-36.023,15 €	-89,01%
06	Saneamento e Salubridade	139.471,80 €	10,50%	245.069,09 €	11,53%	-105.597,29 €	-43,09%
001	Saneamento	127.047,33 €	9,56%	212.675,20 €	10,01%	-85.627,87 €	-40,26%
002	Higiene pública	12.424,47 €	0,94%	32.393,89 €	1,52%	-19.969,42 €	-61,65%
003	Cemitérios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
07	Segurança e Protecção Civil	79.588,46 €	5,99%	100.586,98 €	4,73%	-20.998,52 €	-20,88%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	79.588,46 €	5,99%	100.586,98 €	4,73%	-20.998,52 €	-20,88%
004	Serviço municipal de protecção civil	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
005	Intempéries / situações de calamidade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	163.254,27 €	12,29%	502.037,11 €	23,63%	-338.782,84 €	-67,48%
001	Água	48.464,44 €	3,65%	118.548,95 €	5,58%	-70.084,51 €	-59,12%
002	Turismo	60.412,65 €	4,55%	9.558,61 €	0,45%	50.854,04 €	532,02%
003	Mercados e Feiras	34.377,18 €	2,59%	319.326,55 €	15,03%	-284.949,37 €	-89,23%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	0,00 €	0,00%	50.000,00 €	2,35%	-50.000,00 €	-100,00%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	20.000,00 €	1,51%	4.603,00 €	0,22%	15.397,00 €	334,50%
09	Comunicações e Transportes	294.429,56 €	22,16%	711.507,43 €	33,48%	-417.077,87 €	-58,62%
001	Rede viária e sinalização	274.097,66 €	20,63%	547.400,35 €	25,76%	-273.302,69 €	-49,93%
002	Transportes	17.568,29 €	1,32%	161.645,87 €	7,61%	-144.077,58 €	-89,13%
003	Estacionamento	2.763,61 €	0,21%	2.461,21 €	0,12%	302,40 €	12,29%
10	Defesa do Meio Ambiente	22.924,06 €	1,73%	34.866,32 €	1,64%	-11.942,26 €	-34,25%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	22.924,06 €	1,73%	21.091,62 €	0,99%	1.832,44 €	8,69%
003	Recursos naturais	0,00 €	0,00%	13.774,70 €	0,65%	-13.774,70 €	-100,00%
11	Modernização dos Serviços	231.809,31 €	17,45%	187.837,65 €	8,84%	43.971,66 €	23,41%
001	Órgãos autárquicos	32.205,43 €	2,42%	4.372,73 €	0,21%	27.832,70 €	636,51%
002	Racionalização	197.942,89 €	14,90%	169.783,08 €	7,99%	28.159,81 €	16,59%
003	Edifício dos Paços do Concelho	127,70 €	0,01%	849,12 €	0,04%	-721,42 €	-84,96%
004	Estaleiro municipal	1.533,29 €	0,12%	12.832,72 €	0,60%	-11.299,43 €	-88,05%
15	Tecnologia e Inovação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
001	Generalização do uso de TIC's	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS ...		1.328.780,78 €	100,00%	2.124.913,87 €	100,00%	-796.133,09 €	-37,47%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Atendendo à natureza previsional das Grandes Opções do Plano, alguns dos objetivos do PPI apresentam diferenças significativas entre os valores previstos e os realizados e que resultam, na maior parte dos casos, do excesso de previsão que, embora cada vez em menor expressão, acaba sempre por influenciar a conceção e construção dos mesmos documentos previsionais.

As maiores discrepâncias percentuais verificaram-se em Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres; Solidariedade e Ação Social; Saúde; Saneamento e Salubridade; Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público; Defesa do Meio Ambiente e Tecnologias de Informação, com taxas de execução inferiores a 30%, enquanto que, em valores absolutos, as diferenças entre realização e previsão são mais substanciais em Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, em cerca de 313 mil euros; Habitação e Urbanismo, com menos 411 mil euros; Saneamento e Salubridade, com menos 567 mil euros; Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, que ficou abaixo das previsões em 434 mil euros e Comunicações e Transportes com menos 626 mil euros.

No que diz respeito às razões que determinam as diferenças verificadas, estas correspondem essencialmente à necessidade de assegurar uma sustentabilidade financeira que permita manter o nível de cumprimento de compromissos com empreiteiros e fornecedores ao nível do que tem sido o posicionamento e a prática do Município, cumprindo sempre com as obrigações impostas pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Daqui resulta que, não tendo sido reunidas condições para a obtenção de fundos externos ou de formas de afetação de fundos próprios que pudessem acomodar alguns desses investimentos, projetos houve em que a sua realização não foi possível de concretizar, sem prejuízo de continuarem a constituir apostas do executivo logo que possam obter-se as melhores condições de sustentabilidade em termos financeiros.

No grupo dos objetivos do PPI de maior volume financeiro e com as taxas de execução mais elevadas encontramos a Segurança e Proteção Civil com 49,43%, a Educação e Formação Profissional com 45,72%, a Habitação e Urbanismo com 42,18%, a Modernização dos Serviços com 38,57% e a Comunicação e Transportes com 31,99% de níveis de realização em cada um.

O segundo quadro, que fornece a perspetiva de análise da evolução verificada no biénio, relativamente à despesa paga total refletida no PPI, mostra também as ponderações, face ao total, de cada um dos objetivos e sua desagregação em Programas, bem como a variação absoluta e relativa ocorrida entre os dois exercícios analisados.

Destaca-se desde logo a aquisição da posição dominante por parte do objetivo Habitação e Urbanismo, com uma proporção de 22,56% e que lhe advém da concretização dos investimentos relativos às eletrificações rurais e à intervenção de eficiência energética na iluminação pública. Para além disso, a diminuição no peso relativo de Comunicações e Transportes, que passa de uma ponderação de 33,48% em 2014 para 22,16% em 2015, assumindo, apesar de tudo a segunda posição em termos relativos quanto ao volume de despesa realizada no âmbito do PPI. Tendo a realização destes investimento uma estreita ligação à disponibilidade efetiva de fundos comunitários para o financiamento dos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

projetos, compreende-se bem o decréscimo ocorrido neste objetivo. No percurso em sentido contrário é de destacar o objetivo Modernização dos Serviços que, sendo uma aposta estratégica do Executivo em permanência numa lógica de melhoria dos serviços proporcionados aos cidadãos, beneficiou de financiamentos no âmbito do SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa. Em termos concretos, este objetivo passou de uma despesa total de 187.837,65 € (8,84%) em 2014, para 231.809,31 € (17,45%) em 2015.

Percorrendo os diferentes Objetivos pode verificar-se que o Objetivo “Comunicações e Transportes”, pelas razões atrás mencionadas, perdeu expressão relativa face às restantes prioridades do Plano Plurianual de Investimentos, apresentando-se em 2015 com um volume de 294.429,56 €, bastante inferior, portanto (-417.077,87 €), que o valor de 711.507,43 € registado em 2014. Como é sabido, este objetivo não inclui apenas a realização de novas empreitadas em matéria viária, mas incluiu também despesa noutras prioridades relacionadas com comunicações e transportes, como sejam a conservação regular das vias municipais e respetivas obras de arte, aquedutos, muros, pontes e outras e sinalização.

Na área ambiental, o objetivo Saneamento e Salubridade apresenta-se com um volume de despesa no PPI de 139.471,80 €, (10,50%) e o Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público com um total de despesa realizada de 163.254,27 €, dos quais 48.464,44 € se referem a investimento nas redes de abastecimento de água e respetivos equipamentos sob responsabilidade do Município. Não pode, naturalmente, ser ignorado que estes valores não incluem as despesas com pessoal afeto aos respetivos setores, nem os valores pagos à entidade gestora dos sistemas “em alta” em água e saneamento e que em 2015 ascenderam a 1.925.625,09 €.

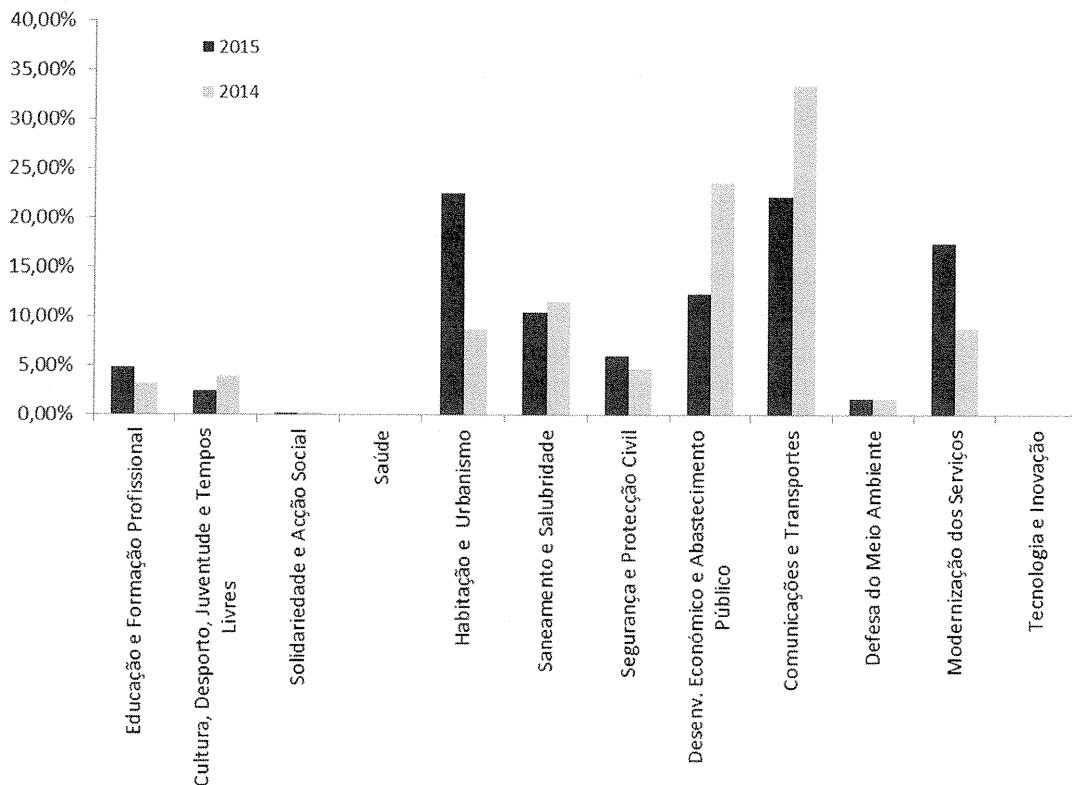
O objetivo designado por Educação e Formação Profissional, apresentou-se em 2015 com uma ponderação, face ao valor total do PPI, ligeiramente superior à que se havia verificado em 2014, dando assim continuidade ao investimento realizado nos anos em que se desenvolveram os projetos de maior vulto no parque escolar sob responsabilidade do Município, designadamente em relação ao investimento no Centro Educativo de Nogueira do Cravo, tendo apresentado em 2015 um volume de realização financeira de 63.545,81 €. É de esperar que este objetivo venha a ter um forte impulso em breve, em consequência da inclusão no projeto conjunto dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, aprovado para a CIM-Região de Coimbra, do investimento relativo ao Campus Educativo de Oliveira do Hospital.

O objetivo Segurança e Proteção Civil surge também com um valor significativo, no montante de 79.588,46 € que, na sua globalidade, resulta da despesa realizada em Prevenção e combate a fogos florestais, área onde o Município de Oliveira do Hospital, em parceria com a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, desempenham um papel reconhecidamente meritório no que respeita aos trabalhos de construção, beneficiação e manutenção de caminhos e estradões florestais, limpeza de bermas e taludes e todos os restantes que, de um modo geral, concorrem para a diminuição dos fatores de risco na propagação de incêndios florestais.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Em termos gráficos, a comparação entre os anos de 2015 e 2014, relativamente a cada um dos Objetivos do Plano Plurianual de Atividades, apresenta-se do seguinte modo:



Ao longo do ano de 2015 e relativamente ao PPI foram levadas a efeito modificações que, embora destinadas a operar movimentos de transferência de verbas de uns projetos para outros, não alteraram o seu valor global, exceto no que respeita à alteração resultante da incorporação do saldo da gerência anterior e que reforçou o PPI pelo valor de 26.939,69 €. Desse impacto, resultou o aumento da dotação global do PPI de 4.413.500,00 € para 4.440.439,69, a que corresponde uma variação de 0,61%.

PPI - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Incrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
TOTAIS DAS GOP'S ...	4.413.500,00 €	449.939,69 €	-423.000,00 €	26.939,69 €	4.440.439,69 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					0,61%

No que respeita às AMR – Atividades Mais Relevantes, que beneficiaram de um reforço por incorporação do saldo de gerência no montante de 320.527,90 €, esse reforço elevou a dotação inicial de 5.255.688,00 € para uma dotação final de 5.576.215,90 €. A parte restante do valor do saldo de gerência anterior, que no seu global foi de 559.467,59 €, foi aplicada no reforço de rubricas orçamentais não contempladas nas GOP's.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO - ORÇAMENTO

No que respeita à execução orçamental referente ao ano de 2015 e em termos de análise comparativa entre previsão e execução, confirmou-se uma tendência de estabilização das taxas de execução da receita e da despesa face aos valores orçamentados, este ano muito próximas dos 80%, o que confirma e reforça a tendência dos registos mais recentes na aproximação entre valores previstos e valores executados.

RECEITA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Receita		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Variação Previsões %	Receita Cobrada Líquida	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	%
01	Impostos directos	2.733.000,00 €	2.733.000,00 €	0,00%	2.710.484,86 €	-22.515,14 €	99,18%
02	Impostos indirectos	166.600,00 €	166.600,00 €	0,00%	238.887,71 €	72.287,71 €	143,39%
04	Taxas, multas e outras penalidades	879.400,00 €	879.400,00 €	0,00%	936.863,45 €	57.463,45 €	106,53%
05	Rendimentos da propriedade	788.500,00 €	788.500,00 €	0,00%	645.662,84 €	-142.837,16 €	81,88%
06	Transferências correntes	8.079.115,00 €	8.079.115,00 €	0,00%	6.823.478,27 €	-1.255.636,73 €	84,46%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.639.600,00 €	1.639.600,00 €	0,00%	1.621.244,40 €	-18.355,60 €	98,88%
08	Outras receitas correntes	29.000,00 €	29.000,00 €	0,00%	25.917,94 €	-3.082,06 €	89,37%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES		14.315.215,00 €	14.315.215,00 €	0,00%	13.002.539,47 €	-1.312.675,53 €	90,83%
09	Venda de bens de investimento	73.000,00 €	73.000,00 €	0,00%	24.789,65 €	-48.210,35 €	33,96%
10	Transferências de capital	4.351.376,00 €	4.351.376,00 €	0,00%	1.728.370,77 €	-2.623.005,23 €	39,72%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00 €	450.000,00 €	0,00%	275.000,00 €	-175.000,00 €	61,11%
13	Outras receitas de capital	15.000,00 €	15.000,00 €	0,00%	1.854,50 €	-13.145,50 €	12,36%
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL		4.439.376,00 €	4.889.376,00 €	10,14%	2.030.014,92 €	-2.859.361,08 €	41,52%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	1.204,06 €	-3.795,94 €	24,08%
16	Saldo da gerência anterior	0,00 €	559.467,59 €	0,00%	559.467,59 €	0,00 €	100,00%
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		5.000,00 €	564.467,59 €	11189,35%	560.671,65 €	-3.795,94 €	-0,67%
TOTAL DE RECEITAS E TAXA DE EXECUÇÃO		18.759.591,00 €	19.769.058,59 €	5,38%	15.593.226,04 €	-4.175.832,55 €	78,88%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS RECEITAS							78,88%

No caso das receitas a taxa de execução foi de 78,88%, bastante acima dos 69,86% ocorridos em 2014 e dos 66,02% registados no ano de 2013, confirmando a referida tendência de melhoria das taxas de execução.

O melhor registo ocorre, naturalmente, em receitas correntes, na medida em que a capacidade de previsão é mais elevada, comparativamente com as receitas de capital, onde estas, sobretudo as transferências de capital, traduzem habitualmente um volume de previsões nem sempre concretizável por parte das entidades que proporcionam as mesmas transferências, mas cuja previsão, permite acomodar a inscrição de alguns projetos de investimentos com expectativa de obtenção de financiamentos externos.

Numa observação mais detalhada, verificaram-se algumas situações que merecem o devido destaque. Desde logo, as taxas de execução de 99,18%, de 143,39% e de 106,53%, respetivamente em impostos diretos, em impostos indirectos e em taxas, multas e outras penalidades. No primeiro caso, devido a uma considerável correspondência entre os valores previstos e a efetiva arrecadação de impostos constituintes de receita municipal, como o IMI, o IMT e o IUC. No segundo caso por efeito da arrecadação de receitas provenientes de empresas, como sejam as relativas a loteamentos e obras, a saneamento e outras, as quais, não sendo receitas de carácter extraordinário, registaram valores muito acima das respetivas previsões as quais, de acordo com as regras previsionais impostas à elaboração do orçamento, não podem conter qualquer empolamento. No terceiro caso e pelas mesmas razões, por efeito da arrecadação acima das respetivas previsões das receitas pagas por particulares.

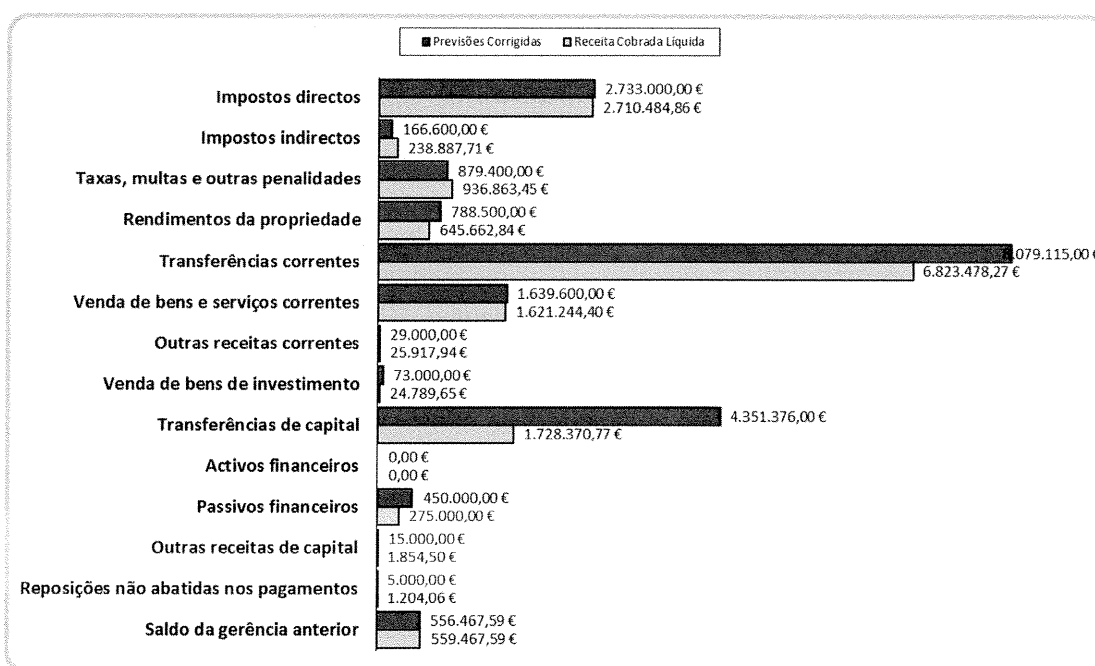


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

As restantes receitas correntes, embora com taxas de execução mais baixas que os grupos destacados anteriormente, apresentam também uma elevada aproximação às respetivas previsões, uma vez que, na grande maioria dos casos, correspondem a receita com elevado realismo de previsão e também sujeita a obrigações de não empolamento associadas às regras de elaboração dos documentos previsionais.

Em termos absolutos, a maior diferença ocorre em transferências correntes, com um diferencial de 1.255.636,73 €, sendo que as de capital apresentam um *gap* de 2,62 milhões de euros, apesar de tudo muito inferior à diferencial de mais de 4 milhões registada no ano anterior. Estas diferenças registadas entre previsão e realização de receitas em transferências de capital resultam, no essencial, da indefinição quanto ao momento concreto em que são considerados encerrados os projetos QREN já concluídos, libertando assim as verbas dos saldos pendentes de cada um desses projetos; mas também do atraso que se tem verificado no arranque de projetos a incluir nas prioridades de investimento que compõem a estrutura do Portugal 2020.

Todos os restantes grupos, quer em correntes quer em capital, apresentam diferenças inferiores a 200 mil euros, sendo de destacar que, relativamente ao empréstimo de tesouraria autorizado e aprovado pelo valor total de 450.000,00 €, apenas foi utilizada a parcela de 275.000,00 €, sendo que a parte restante não foi necessária para a satisfação dos compromissos que deram origem à contratação da operação bancária.



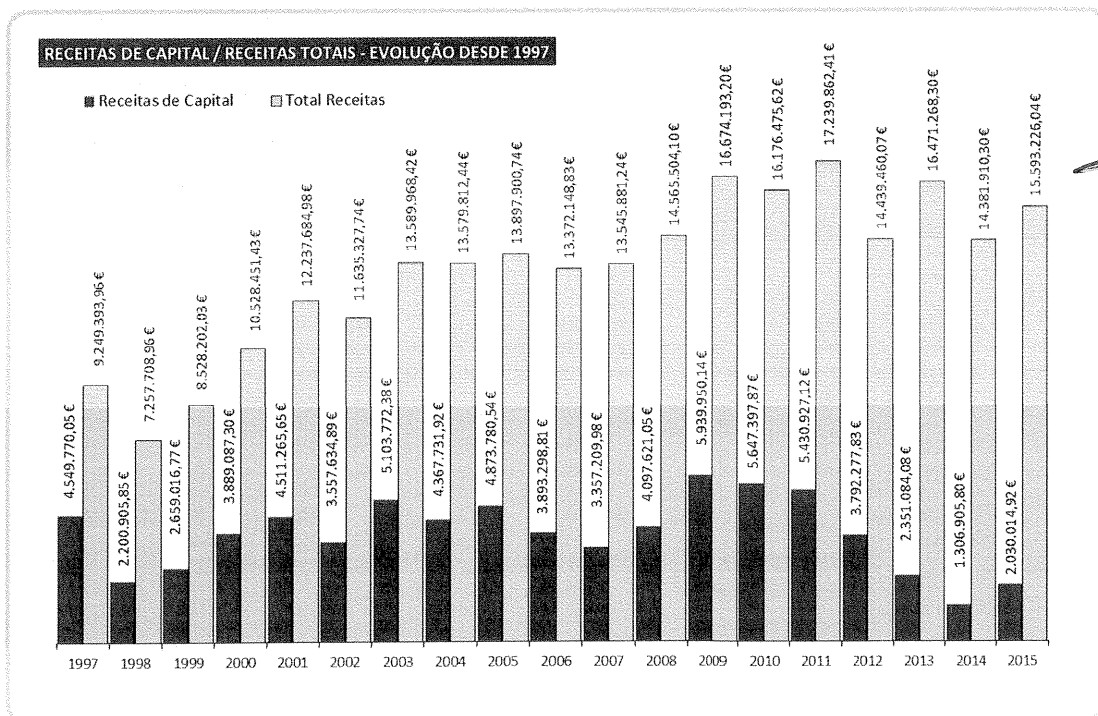
Da conjugação das diferenças acima mencionadas, verifica-se que, no seu conjunto, as taxas de execução relativas a receitas correntes atingiram o valor de 90,83% sem englobar as Reposição não abatidas nos pagamentos nem o Saldo da gerência anterior, enquanto que as taxas de execução das receitas de capital se colocaram num patamar de 41,52%, bastante superior ao que se tem verificado nos últimos anos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Noutra perspetiva, pode verificar-se que o valor de 13% na proporção das receitas de capital face às receitas totais, é bem elucidativo da crescente dependência da participação financeira no Orçamento de Estado, que tem sido agravada pelo maior número e volume financeiro de situações de transferência de competência da administração central para os municípios sem os correspondentes meios financeiros e, também, pela indefinição quanto ao arranque do acesso concreto aos financiamentos do Portugal 2020. Por seu lado, tem-se agravado substancialmente a tendência para a predominância das despesas correntes, em detrimento das despesas de capital, seja por via do acréscimo de prioridades em ações imateriais, seja também pelo cada vez maior número de competências que os municípios são obrigados a assumir junto das populações em situação de carência por escassez de apoio ou inação dos órgãos da administração central e desconcentrada do Estado.

Por seu turno, o gráfico seguinte evidencia também a evolução da receita desde 1997, com comparação da situação até ao ano de 2015, que recuperou ligeiramente quanto aos valores ocorridos em 2014, ano em que, pela primeira vez deste 1997, o valor de receitas de capital, mesmo incorporando a parte do FEF capital, ficou abaixo de 1,5 milhões de euros e bastante abaixo do valor de 2,2 milhões de euros registado em 1998. Outro dado que se volta a realçar é o que demonstra e comprova que os anos em que os valores de receitas de capital são mais baixos coincidem com os anos de fim de ciclo dos quadros comunitários de apoio, como aconteceu com o QCA II em 1998/1999 e do QCA III em 2006/2007.



Esta situação é mais uma forte evidência das acrescidas dificuldades que o Município tem vindo a enfrentar durante os anos de 2012, 2013 e 2014 para honrar todos os compromissos assumidos, sobretudo aqueles que decorrem das obrigações de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

pagamento de amortização e juros dos empréstimos contratados anteriormente à entrada em funções dos atuais responsáveis autárquicos. Como mais adiante se evidenciará com maior detalhe, o ano de 2015 correspondeu a uma redução na dívida relativa a empréstimos de médio/longo prazo de 487.633,59 € e que, acumulada aos valores já amortizados nos anos de 2010 a 2014, inclusive, atinge o montante considerável de 2.944.819,50 €. Nunca será demais lembrar que, durante o referido período, não foram celebrados quaisquer novos empréstimos de médio/longo prazo, sendo aquele valor destinado a amortizar operações herdadas dos mandatos anteriores àqueles que os atuais responsáveis autárquicos iniciaram em 2009.

Em termos absolutos e ainda no que respeita à receita, a comparação com o ano de 2014 está demonstrada no quadro seguinte, onde se verifica que, em termos globais, a execução do ano de 2015 apresenta uma recuperação de 8,42% face ao ano anterior, correspondendo a um valor absoluto de cerca de 1,2 milhões de euros e que encontra explicações nos diversos fundamentos já atrás mencionados quanto à evolução das receitas próprias e quanto à arrecadação de receitas de capital relacionadas com os projetos QREN aprovados em regime de overbooking, mas que considera também um aumento de receita em passivos financeiros que não corresponde a qualquer materialidade, uma vez que, tratando-se do montante efetivamente utilizado na operação de empréstimo de tesouraria, o mesmo valor surge do lado da despesa, anulando completamente o efeito irreal de aumento na receita. As maiores diferenças em termos absolutos registam-se, precisamente, em transferências de capital, com mais 441.874,74 € e também em passivos financeiros, pelo valor total de 275.000,00 €. A maior diferença negativa ocorreu na rubrica destinada à incorporação do saldo de gerência anterior que, em 2015, foi de menos 166.077,89 € face ao saldo de 2013.

RECEITA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Económica da Receita		Receita Cobrada	Ponderações	Receita Cobrada	Ponderações	Variações (2015-2014)	
		Líquida (2015)	%	Líquida (2014)	%	€	%
Classif.	Designação						
01	Impostos directos	2.710.484,86 €	17,38%	2.569.128,48 €	17,86%	141.356,38 €	5,50%
02	Impostos indirectos	238.887,71 €	1,53%	217.782,06 €	1,51%	21.105,65 €	9,69%
04	Taxas, multas e outras penalidades	936.863,45 €	6,01%	858.459,27 €	5,97%	78.404,18 €	9,13%
05	Rendimentos da propriedade	645.662,84 €	4,14%	677.230,99 €	4,71%	-31.568,15 €	-4,66%
06	Transferências correntes	6.823.478,27 €	43,76%	6.590.684,15 €	45,83%	232.794,12 €	3,53%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.621.244,40 €	10,40%	1.408.107,93 €	9,79%	213.136,47 €	15,14%
08	Outras receitas correntes	25.917,94 €	0,17%	26.799,65 €	0,19%	-881,71 €	-3,29%
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	13.002.539,47 €	83,39%	12.348.192,53 €	85,86%	654.346,94 €	5,30%
09	Venda de bens de investimento	24.789,65 €	0,16%	8.692,35 €	0,06%	16.097,30 €	185,19%
10	Transferências de capital	1.728.370,77 €	11,08%	1.286.496,03 €	8,95%	441.874,74 €	34,35%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	275.000,00 €	1,76%	0,00 €	0,00%	275.000,00 €	0,00%
13	Outras receitas de capital	1.854,50 €	0,01%	11.717,42 €	0,08%	-9.862,92 €	-84,17%
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	2.030.014,92 €	13,02%	1.306.905,80 €	9,09%	723.109,12 €	55,33%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.204,06 €	0,01%	1.266,49 €	0,01%	-62,43 €	-4,93%
16	Saldo da gerência anterior	559.467,59 €	3,59%	725.545,48 €	5,04%	-166.077,89 €	-22,89%
	TOTAL DE OUTRAS RECEITAS	560.671,65 €	3,60%	726.811,97 €	5,05%	-166.140,32 €	-22,86%
	TOTAL DE RECEITAS	15.593.226,04 €	100,00%	14.381.910,30 €	100,00%	1.211.315,74 €	8,42%

Nas respetivas somas, as receitas correntes apresentaram-se com um crescimento idêntico ao verificado no total das receitas de capital, exceto quando englobamos nas primeiras as Reposições não abatidas nos pagamentos e o Saldo da gerência anterior.

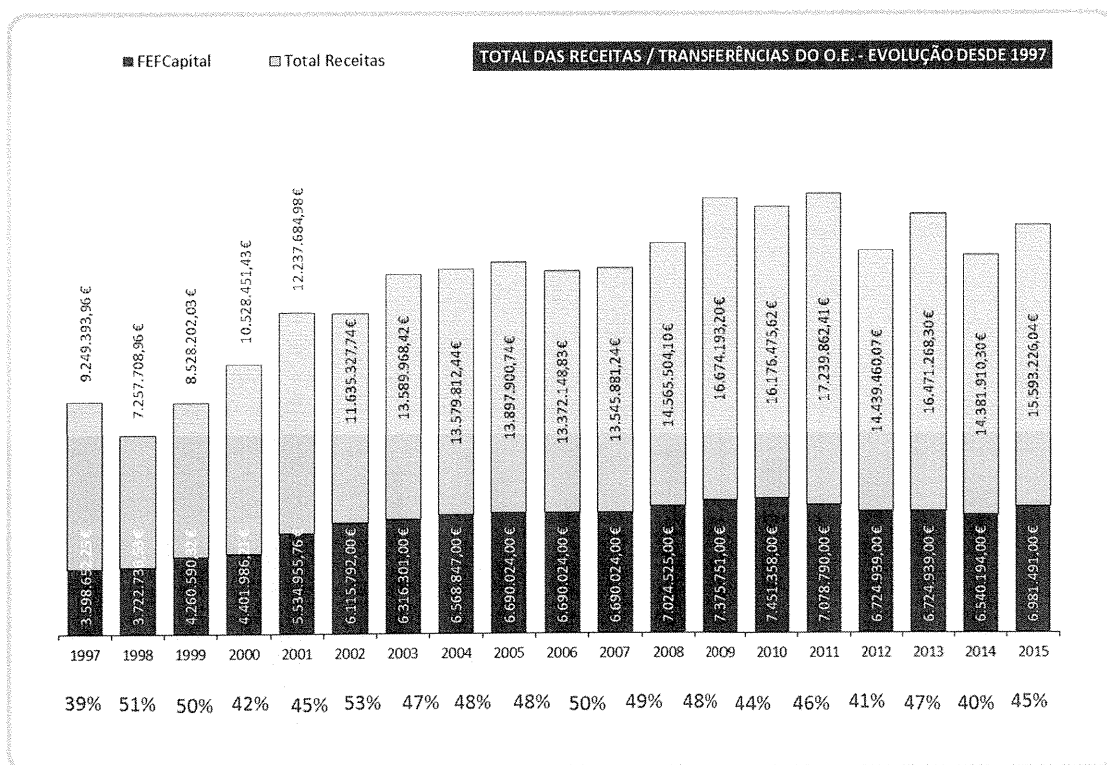


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Neste caso, as receitas correntes não apresentam um crescimento além de 488.206,62 €, representando 40,3% do total do acréscimo de receitas ocorrido entre 2014 e 2015.

Fruto desta conjuntura, que continua marcadamente recessiva em termos de obtenção de receitas por meios de transferências de capital, a maior expressão das receitas é cada vez mais assumida pelas transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS. Ou seja, num período em que a situação económica e financeira das famílias e das empresas não favorece a procura de soluções pela via do aumento de receitas próprias, não obstante a necessidade de redução dos deficits tarifários que se vêm verificando nos principais serviços prestados pelo Município, designadamente em matéria de saneamento básico e resíduos sólidos urbanos, impõe-se cada vez de forma mais premente proceder ao ajustamento possível ao nível da atividade desenvolvida e da despesa assumida. Isto é, deve continuar a atribuir-se o foco principal às ações que constituem as prioridades definidas nos documentos previsionais, tendo sempre presente a obrigação de manter uma situação financeira e uma reputação junto dos fornecedores em níveis reconhecidamente aceitáveis, como tem acontecido ao longo dos anos.

Pode verificar-se, pelo gráfico seguinte, que o peso relativo das transferências do FEF face ao total das receitas é normalmente muito significativo, evidenciando essa cada vez maior dependência do orçamento municipal relativamente àquelas transferências.



Na análise cíclica da evolução destas transferências regulares do Orçamento de Estado para o Município, verifica-se um acréscimo do valor global das mesmas transferências face a 2014, mas que só muito parcialmente amortece o impacto sofrido com as reduções de -2,75% em 2014-2013, de 0,00% em 2013/2012, de -5,00% em 2012/2011 e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

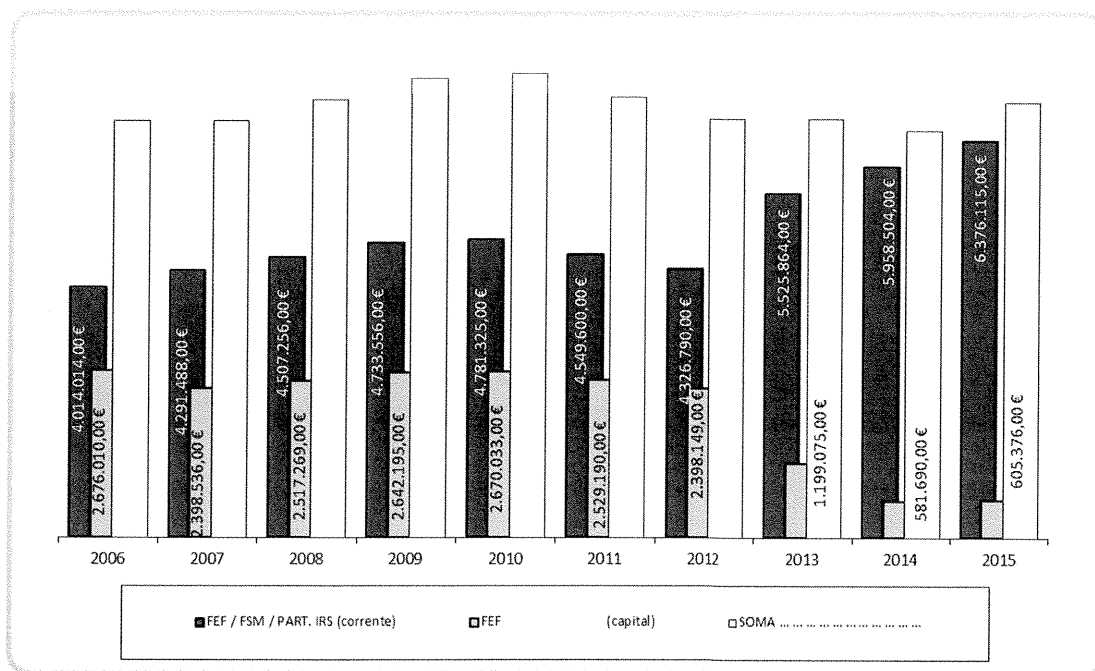
de -5,00% em 2011/2010. Como havíamos já referido anteriormente, é preocupante o facto do valor de 2015 ser inferior em termos absolutos ao que se havia registado em 2008, sendo um retrocesso bastante gravoso para as obrigações dos municípios no cumprimento das suas atribuições e competências legais.

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DE ESTADO - ANÁLISE CÍCLICA										
Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
FEF / FSM / PART. IRS (corrente)	4.014.014,00 €	4.291.488,00 €	4.507.256,00 €	4.733.556,00 €	4.781.325,00 €	4.549.600,00 €	4.326.790,00 €	5.525.864,00 €	5.958.504,00 €	6.376.115,00 €
FEF (capital)	2.676.010,00 €	2.398.536,00 €	2.517.269,00 €	2.642.195,00 €	2.670.033,00 €	2.529.190,00 €	2.398.149,00 €	1.199.075,00 €	581.690,00 €	605.376,00 €
SOMA	6.690.024,00 €	6.690.024,00 €	7.024.525,00 €	7.375.751,00 €	7.451.358,00 €	7.078.790,00 €	6.724.939,00 €	6.724.939,00 €	6.540.194,00 €	6.981.491,00 €
Evolução face ao ano anterior	0,00%	5,00%	5,00%	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,75%	6,75%

Graficamente, a evolução das duas componentes da participação financeira no Orçamento de Estado no mesmo período de 10 anos, separadas entre receitas correntes relativas a Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS e receitas de capital compostas exclusivamente por Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de capital), evidencia ainda outra realidade que não pode ser ignorada.

Durante o período, o decréscimo mais expressivo ocorre, precisamente, na componente de FEF Capital, denunciando um propósito claro que as opções políticas dos últimos anos quiseram impor e que consistiu numa clara renúncia ao investimento público, em particular o das autarquias locais e que seria hoje praticamente inexistente se já não houvesse possibilidade de acesso a fundos comunitários ou se não houvesse ainda alguma possibilidade de transferência de receitas correntes para despesas de capital, como ainda acontece no nosso município.

Por seu lado, o crescimento que ocorre na parte das transferências correntes, não é mais do que o reflexo de uma crescente transferência de competências, muitas vezes sem os necessários formalismos de delegação e sem o devido acompanhamento dos adequados meios financeiros.

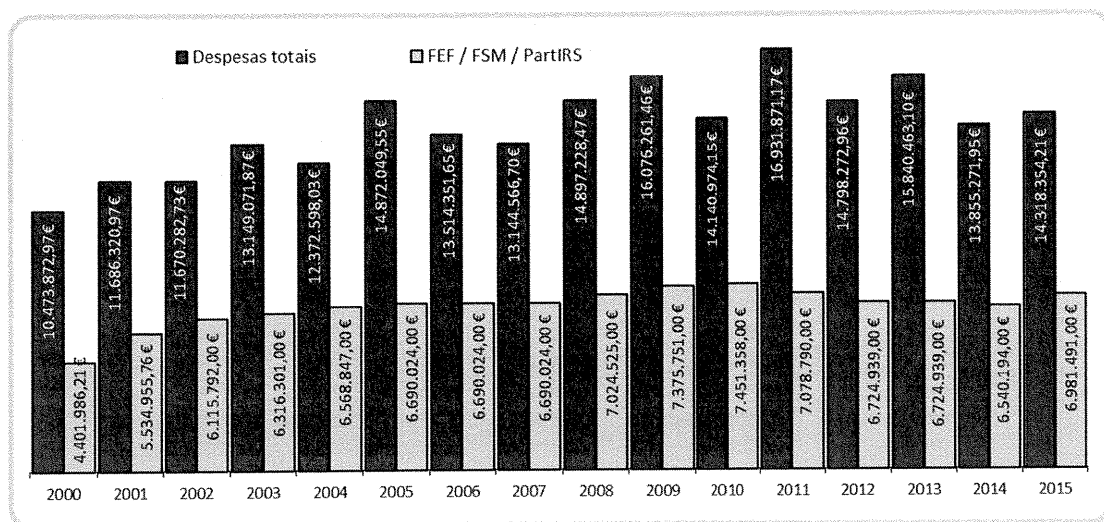




MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Como o gráfico anterior pode demonstrar, o valor do FEF Capital baixou para patamares nunca antes observados, enquanto que o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação Fixa no IRS, que compõem a parte corrente, beneficiaram de algum aumento mas, apesar de tudo, não evitando que, no total, toda a participação no Orçamento de Estado apresente valores inferiores aos de 2008.

Noutra perspetiva de análise, também bastante simbólica quanto à atual estrutura de financiamento das autarquias locais que não podem dispor do mesmo nível de receitas próprias que é obtido pelos principais municípios do litoral, pode também observar-se a já insistentemente referida dependência das transferências do Orçamento de Estado. Neste caso, o gráfico evidencia o peso relativo dessas transferências no total da despesa realizada em cada exercício, sendo bastante evidente que as variações ocorridas no nível de despesa não resultam tanto de variações positivas ou negativas do FEF, mas da capacidade de dispor de outros financiamentos externos não reembolsáveis.



Quanto às despesas, o crescimento da respetiva taxa de realização, que foi de 72,42% acompanhou o crescimento também verificado na taxa de realização das receitas.

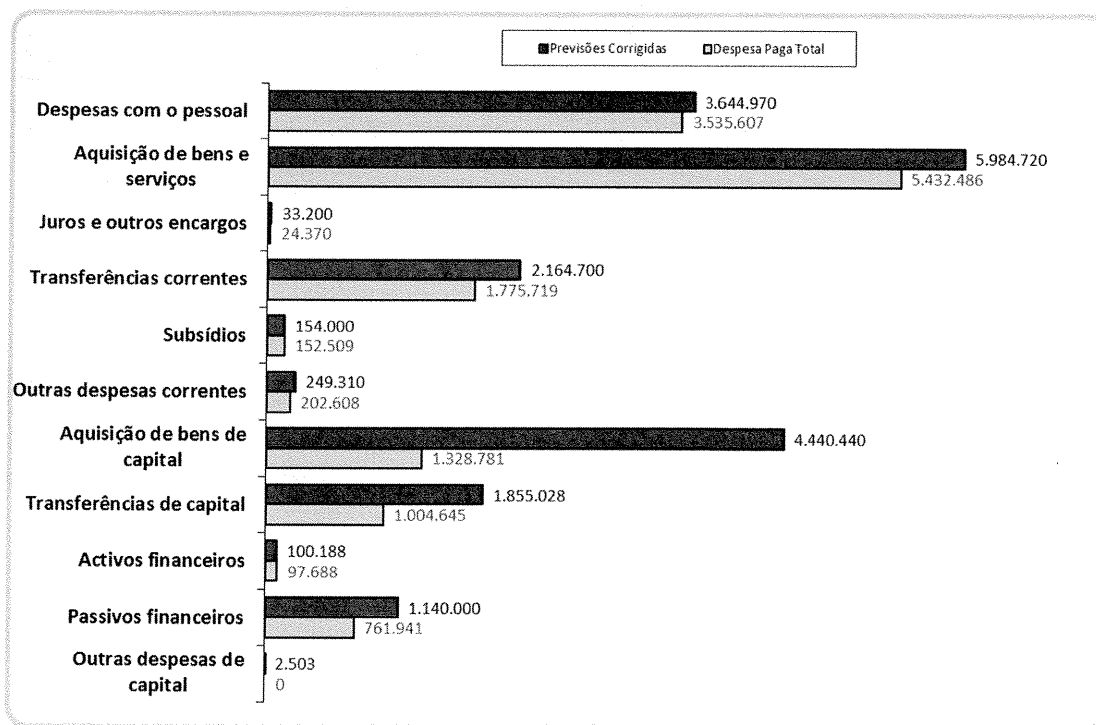
DESPESA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Despesa		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Variação Previsões %	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	%
01	Despesas com o pessoal	3.705.200,00 €	3.644.970,00 €	-1,63%	3.535.606,64 €	-109.363,36 €	97,00%
02	Aquisição de bens e serviços	5.674.600,00 €	5.984.720,00 €	5,47%	5.432.485,94 €	-552.234,06 €	90,77%
03	Juros e outros encargos	83.000,00 €	33.200,00 €	-60,00%	24.370,46 €	-8.829,54 €	73,41%
04	Transferências correntes	2.048.100,00 €	2.164.700,00 €	5,69%	1.775.718,99 €	-388.981,01 €	82,03%
05	Subsídios	130.000,00 €	154.000,00 €	18,46%	152.509,34 €	-1.490,66 €	99,03%
06	Outras despesas correntes	375.000,00 €	249.310,00 €	-33,52%	202.608,11 €	-46.701,89 €	81,27%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		12.015.900,00 €	12.230.900,00 €	1,79%	11.123.299,48 €	-1.107.600,52 €	90,94%
07	Aquisição de bens de capital	4.413.500,00 €	4.440.439,69 €	0,61%	1.328.780,78 €	-3.111.658,91 €	29,92%
08	Transferências de capital	1.532.500,00 €	1.855.027,90 €	21,05%	1.004.644,60 €	-850.383,30 €	54,16%
09	Activos financeiros	100.188,00 €	100.188,00 €	0,00%	97.688,00 €	-2.500,00 €	97,50%
10	Passivos financeiros	695.000,00 €	1.140.000,00 €	64,03%	761.941,35 €	-378.058,65 €	66,84%
11	Outras despesas de capital	2.503,00 €	2.503,00 €	0,00%	0,00 €	-2.503,00 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		6.743.691,00 €	7.538.158,59 €	11,78%	3.193.054,73 €	-4.345.103,86 €	42,36%
TOTAL DE DESPESAS E TAXA DE EXECUÇÃO		18.759.591,00 €	19.769.058,59 €	5,38%	14.316.354,21 €	-5.452.704,38 €	72,42%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS DESPESAS							72,42%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Analisando as variações de cada um dos capítulos da despesa face às previsões corrigidas por efeito das modificações orçamentais, é mais significativa a baixa taxa de realização no Capítulo Económico 07 – Aquisição de bens de capital, com 29,92% das respetivas previsões corrigidas. Este dado é igualmente relevante em termos absolutos, uma vez que, na comparação entre 2014 e 2015, o último exercício registou um decréscimo de quase 800 mil euros, cujos fundamentos foram já anteriormente aduzidos. À semelhança do que vem já ocorrendo em exercícios anteriores, o Capítulo 02 – Aquisição de Bens e Serviços apresenta uma diferença significativa em termos absolutos, entre a previsão e a execução, na medida em que é neste agregado que existe maior elasticidade na implementação de medidas de contenção de gastos e de obtenção de ganhos de eficiência com impacto nos custos do funcionamento dos equipamentos municipais. Em termos relativos a taxa de execução cifrou-se nos 90,77%.

Do lado das despesas de capital, a maior diferença entre previsão e execução encontra-se na Aquisição de bens de capital, que incorpora os Investimentos. Esta taxa de execução, também já anteriormente abordada sob diversas perspetivas, decorre precisamente da necessidade de conter os investimentos aos recursos financeiros disponíveis em cada momento, sendo que, como é reconhecido, este já não é o momento de obtenção de fundos no âmbito do QREN 2007-2013 e ainda não é o momento de iniciar a captação de novos financiamentos através do Portugal 2020 e, sucedaneamente, do Centro 2020.



O gráfico anterior demonstra a mesma realidade, embora expressa de modo diferente, mas igualmente conclusivo quanto à evidência de um excesso de previsão habitualmente aplicável a alguns agregados da despesa, em consequência da indispensável elasticidade que permite acomodar intenções de investimento que apenas poderão concretizar-se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

caso surjam oportunidades de financiamento externo para essas intenções, o que manifestamente não foi o caso no exercício de 2015.

Em sentido diferente pode também observar-se que nos capítulos 01 – Despesas com pessoal e 10 – Passivos financeiros, existe uma elevada adesão da realização efetiva aos valores previstos, o que é consequência destas despesas permitirem um maior rigor na sua previsão aquando da preparação da informação prospetiva. No caso dos Passivos financeiros acabou por ocorrer, apesar do que se refere, uma ligeira diferença entre previsão e execução e que decorreu da não utilização do empréstimo de curto prazo pela totalidade da sua inscrição inicial, no valor de 450.000,00 €.

Quanto à evolução bienal das despesas pagas por classificação económica, por comparação entre os anos de 2015 e de 2014, salienta-se o ligeiro acréscimo global de 3,33 %, que resulta de um comportamento divergente entre as despesas correntes que cresceram 6,16% e as despesas de capital, que se reduziram 5,47% pelas razões já antes indicadas e com a devida fundamentação.

DESPESA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Económica da Despesa		Despesa Paga Total (2015)	Ponderações %	Despesa Paga Total (2014)	Ponderações %	Variações (2015-2014)	
Classif.	Designação					€	%
01	Despesas com o pessoal	3.535.606,64 €	24,70%	3.858.385,79 €	27,85%	-322.779,15 €	-8,37%
02	Aquisição de bens e serviços	5.432.485,94 €	37,95%	4.769.642,25 €	34,42%	662.843,69 €	13,90%
03	Juros e outros encargos	24.370,46 €	0,17%	57.162,79 €	0,41%	-32.792,33 €	-57,37%
04	Transferências correntes	1.775.718,99 €	12,40%	1.495.467,06 €	10,79%	280.251,93 €	18,74%
05	Subsídios	152.509,34 €	1,07%	124.745,65 €	0,90%	27.763,69 €	22,26%
06	Outras despesas correntes	202.608,11 €	1,42%	172.022,13 €	1,24%	30.585,98 €	17,78%
	TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ...	11.123.299,48 €	77,70%	10.477.425,67 €	75,62%	645.873,81 €	6,16%
07	Aquisição de bens de capital	1.328.780,78 €	9,28%	2.124.913,87 €	15,34%	-796.133,09 €	-37,47%
08	Transferências de capital	1.004.644,60 €	7,02%	741.601,62 €	5,35%	263.042,98 €	35,47%
09	Activos financeiros	97.688,00 €	0,68%	0,00 €	0,00%	97.688,00 €	0,00%
10	Passivos financeiros	761.941,35 €	5,32%	511.330,79 €	3,69%	250.610,56 €	49,01%
11	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
	TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...	3.193.054,73 €	22,30%	3.377.846,28 €	24,38%	-184.791,55 €	-5,47%
	TOTAL DE DESPESAS ...	14.316.354,21 €	100,00%	13.855.271,95 €	100,00%	461.082,26 €	3,33%

Dentro do grupo das despesas de capital a rubrica Passivos Financeiros registou um aumento que decorre dos compromissos com o serviço da dívida e da amortização do empréstimo de curto prazo, tal como a rubrica Transferências de Capital que também cresceu mais de 260 mil euros, em consequência do maior apoio concedido pelo município para realização de investimentos de interesse coletivo por freguesias e associações. Ainda neste grupo, apenas a rubrica de Aquisição de bens de capital sofreu redução face ao ano anterior.

No contexto das despesas correntes, a maior variação negativa ocorre nas Despesas com o Pessoal, sendo que a rubrica Aquisição de bens e serviços registou o crescimento de maior valor absoluto, no valor de 662.843,69 €, a que não é estranho o crescente volume de encargos com o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e, por outro lado, a inclusão nesta rubrica dos compromissos decorrentes da delegação de competências em matéria de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos indiferenciados.

Em termos absolutos, as transferências correntes registam também um aumento significativo face a 2014, que em parte é justificado pelo crescimento das verbas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

atribuídas às freguesias e uniões de freguesias a título de transferências correntes, mas também pelo maior volume de apoios a outras entidades com atividades de interesse comunitário no apoio à primeira infância, juventude e idosos.

Procede-se à atualização do quadro que contém a informação da faturação apresentada pelas empresas Águas do Zêzere e Côa, SA, até agosto e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., desde agosto de 2015, onde nos é permitido observar a evolução que os encargos com abastecimento de água e recolha e tratamento de águas residuais têm tido ao longo dos últimos 7 anos e da pressão enorme que os mesmos colocam na estrutura de custos do Município.

Cabe esclarecer neste contexto que ao Município de Oliveira do Hospital foram apresentadas pela Águas do Zêzere e Côa, SA diversas faturas, durante o período anterior à incorporação na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, cuja soma ascende a 414.015,69 €, as quais vieram a ser objeto de contestação judicial interposta pelo Município no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, contra a ação contra este movida pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA.

Através desta contestação, o Município requereu o reconhecimento por parte da Águas do Zêzere e Côa, SA, de um crédito sobre aquela entidade, pelo montante de 263.022,40 € relativo ao apuramento, anteriormente feito e reconhecido sob a forma de acordo, quanto à existência de erros de medição nos efluentes tratados na área geográfica do Município de Oliveira do Hospital nos anos de 2013 e 2014, cuja compensação com o valor total das faturas não reconhecidas, fixa a dívida do Município no valor de 150.993,29 €.

Em simultâneo, decorre uma ação interposta pelos 14 municípios do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Alto Zêzere e Côa, requerendo a nulidade do contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a sociedade Águas do Zêzere e Côa, SA, bem como os contratos de fornecimento de água e de recolha de efluentes celebrados entre a referida AZC e os seus utilizadores, tendo como fundamentos, entre outros, as gravíssimas consequências que advieram para os Municípios da violação da lei decorrente da exclusão do Município da Covilhã do Sistema, em virtude do desequilíbrio gerado por essa exclusão em termos da sua viabilidade económica e financeira.

Essa ação deu já lugar à celebração de um Memorando de Entendimento entre as partes, pelo qual a Águas do Zêzere e Côa, SA reconheceu a obrigação de compensação dos municípios mediante recálculo das tarifas de saneamento, o qual foi também reconhecido como imparidades pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, tal como consta do respetivo Relatório e Contas de 2015.

Desse Memorando de Entendimento resulta para o Município de Oliveira do Hospital o direito ao reconhecimento de uma compensação de cerca de 700.000 euros, a que acrescerão aproximadamente mais 200.000 euros a título de compensação adicional relativa a juros de mora de que o Município de Oliveira do Hospital não beneficia nos mesmos termos em que o perdão de juros é atribuído, pelo Memorando, aos restantes municípios que, em consequência da ação, não procederam ao pagamento das faturas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

relativas ao serviço de saneamento durante o período entre julho de 2011 e a data de assinatura do Memorando de Entendimento, que ocorreu em 29 de junho de 2015.

Não obstante a redução tarifária obtida com a incorporação da Águas do Zêzere e Côa, SA na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, o ano de 2015 voltou a registar um considerável aumento nos encargos com abastecimento de água e saneamento, pelo valor de 285.091,54 €, a que não são alheios o aumento de consumos e a entrada em funcionamento de novas infraestruturas. Essa integração na área de intervenção da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA permitiu, entre outras vantagens, designadamente as que resultam dum melhor aproveitamento do facto do Município de Oliveira do Hospital ter a sua conta-corrente em dia com este fornecedor, que pudéssemos passar a beneficiar de uma redução nas tarifas em abastecimento de água e em saneamento, respetivamente de 0,6761 €/m³ para 0,5696 €/m³ e de 0,7474 €/m³ para 0,5107 €/m³. Tal como já antevíamos e o expressámos por diversas vezes, este processo de harmonização tarifária entre o litoral e o interior do país que se iniciou, começou já a traduzir-se em benefícios para os territórios de baixa densidade e, em particular, para o Município de Oliveira do Hospital. Desde logo porque, considerando os volumes faturados no período após integração na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, a poupança resultante da aplicação dos novos tarifários é da ordem dos 200 mil euros, subdivididos entre 120 mil euros para abastecimento de água e 80 mil euros para saneamento de águas residuais.

Ainda assim e como se pode verificar, quer no abastecimento de água, quer no saneamento, o crescimento anual tem vindo a ocorrer numa dimensão muito significativa desde 2009, registando-se crescimentos a uma média de 286 mil euros anuais. Por seu lado, os crescimentos face ao valor registado no ano de 2009 são igualmente muito significativos, desde logo, em termos absolutos, com um acréscimo de 1,715 milhões de euros. Em termos relativos o acréscimo é de 818,52% para ambas as componentes, de 1.715,23% para água e de 469,32% para saneamento.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DIRETOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO							
Designação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abastecimento de água	58.758,15 €	490.744,35 €	669.623,23 €	786.114,85 €	812.045,49 €	778.846,66 €	1.066.594,51 €
Saneamento de águas residuais	150.886,80 €	293.756,70 €	325.579,50 €	628.152,90 €	800.192,20 €	861.686,89 €	859.030,58 €
SOMA	209.644,95 €	784.501,05 €	995.202,73 €	1.414.267,75 €	1.612.237,69 €	1.640.533,55 €	1.925.625,09 €
Evolução face ao ano anterior		274,20%	26,86%	42,11%	14,00%	1,76%	17,38%
Evolução anual face ao ano de 2009		274,20%	374,71%	574,60%	669,03%	682,53%	818,52%
		574.856,10 €	210.701,68 €	419.065,02 €	197.969,94 €	28.295,86 €	285.091,54 €
					Média de crescimento anual ...		285.996,69 €
					Acréscimo entre 2015 e 2009 ...		1.715.980,14 €
					% de crescimento 2009-2015 ...		818,52%
					% de crescimento 2009-20015 (Água)...		1715,23%
					% de crescimento 2009-2015 (Saneamento)...		469,32%

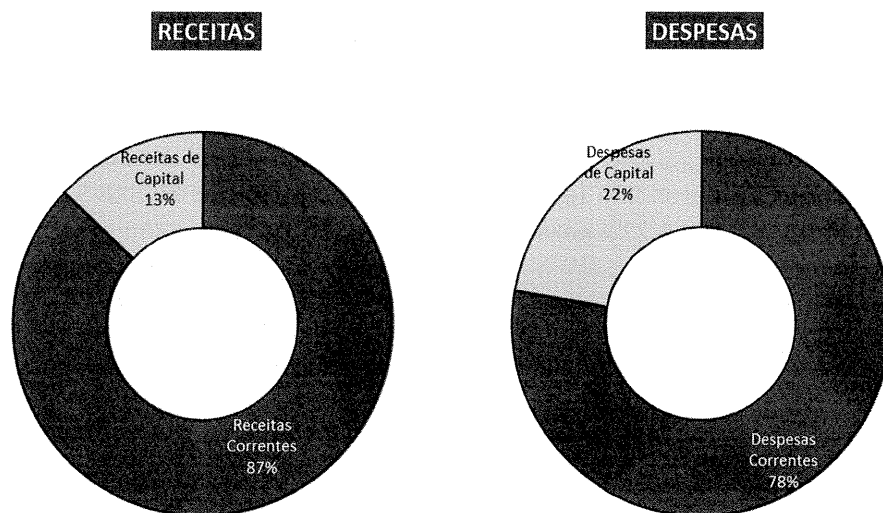
Voltou a verificar-se de forma muito expressiva a tendência de afetação de uma boa parte das receitas correntes a despesas de capital, privilegiando assim a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas, sobretudo num período em que não existiram outras fontes de financiamento externo na alavancagem desses investimentos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS					
RECEITAS			DESPESAS		
Receitas Correntes	13.563.211,12 €	86,98%	Despesas Correntes	11.123.299,48 €	77,70%
Receitas de Capital	2.030.014,92 €	13,02%	Despesas de Capital	3.193.054,73 €	22,30%
TOTAL DE RECEITAS	15.593.226,04 €	100,00%	TOTAL DE DESPESAS	14.316.354,21 €	100,00%

Resulta do quadro e dos gráficos que se apresentam em seguida que as receitas de capital corresponderam a 13,02% da totalidade das receitas, enquanto que as despesas de capital foram de quase o dobro (22,30%) face à totalidade das despesas, havendo, por isso, uma transferência de quase 10% das receitas para despesas de capital. Esta situação mostra uma realidade que foi possível de obter no ano de 2015 e que já havia ocorrido em 2014 e 2013, fruto da menor arrecadação de receitas provenientes de fundos comunitários, mas também da preferência dada às transferências correntes em detrimento das transferências de capital no volume de transferências do orçamento de estado para as autarquias locais. Esta situação, como temos vindo a afirmar, coloca cada vez mais os municípios como intermediários na realização de encargos correntes e menos como agentes de desenvolvimento económico através da realização de investimentos, prejudicando-as assim no cumprimento de um propósito em que, comprovadamente, são mais eficientes que qualquer outro nível da administração pública.



Tendo em conta a evolução recente da participação municipal no Orçamento do Estado, já anteriormente abordada, é importante cruzar, não apenas esse valor, mas todo o conjunto das receitas correntes, com o comportamento das despesas com pessoal.

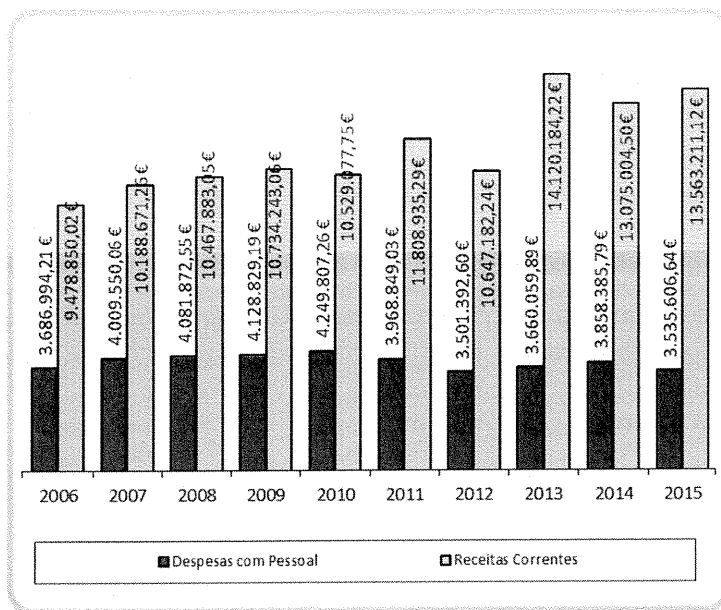
COMPARATIVO: DESPESAS COM PESSOAL - RECEITAS CORRENTES										
Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas com Pessoal	3.686.994,21 €	4.009.550,06 €	4.081.872,55 €	4.128.829,19 €	4.249.807,26 €	3.968.849,03 €	3.501.392,60 €	3.660.059,89 €	3.858.385,79 €	3.535.606,64 €
Receitas Correntes	9.478.850,02 €	10.188.671,26 €	10.467.883,05 €	10.734.243,06 €	10.529.077,75 €	11.808.935,29 €	10.647.182,24 €	14.120.184,22 €	13.075.004,50 €	13.563.211,12 €
Dp. Pessoal/Rc. Correntes	38,90%	39,35%	38,99%	38,46%	40,36%	33,61%	32,89%	25,92%	29,51%	26,07%
Evol. Desp. Pessoal	9,57%	8,75%	1,80%	1,15%	2,93%	-6,61%	-11,78%	4,53%	5,42%	-8,37%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Num intervalo comparativo de 10 anos, pode observar-se que apenas em 2013, 2014 e 2015 foi obtido um rácio de despesas com pessoal face às receitas correntes inferior a 30%, no caso concreto, de 25,92%, 29,51% e 26,07%. Não se ignora, pelo que já antes fora referido a propósito da distribuição do FEF entre receitas correntes e receitas de capital que as transferências correntes beneficiaram de um aumento anormal relativamente ao que seria a normal progressão desta fonte de financiamento. Porém, também não pode deixar de assinalar-se que nos anos de 2013 e 2014 as despesas com pessoal cresceram face aos exercícios anteriores, 4,53% em 2013 e 5,42% em 2014, percurso que foi interrompido em 2015, com uma redução de 8,37%, cuja explicação já se produziu na análise aos recursos humanos e às despesas a eles inerentes.

Graficamente, pode também observar-se o comportamento ao longo dos últimos 10



anos do quociente entre Despesas com Pessoal e Receitas Correntes, o qual evidencia o crescimento extraordinário das receitas correntes a partir do ano de 2013. Por seu lado, permite também observar o comportamento relativamente constante das despesas com pessoal, cujo crescimento, quando existe, é consequência de fatores de caráter extraordinário, sem qualquer efeito de continuidade nos custos fixos da entidade.

O crescimento que vinha sendo verificado nas despesas com pessoal, interrompido nos anos de 2011 e 2012, é uma consequência da necessidade de manter uma situação financeira equilibrada na autarquia, mas também um efeito das medidas de austeridade que afetaram a generalidade dos trabalhadores da administração pública. Embora essas medidas tenham tido continuidade nos anos de 2013, 2014 e 2015, o aumento das despesas com pessoal, embora ligeiro, que se verificou nesses dois anos, ocorreu apenas em consequência deste agregado da despesa corrente incluir na sua composição os encargos resultantes da incorporação temporária de desempregados.

Noutro prisma de observação, temos a relação entre Investimentos e Transferências de Capital, que é sempre muito direta e que se reproduz no quadro seguinte.

COMPARATIVO: TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - INVESTIMENTOS										
Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Tranf. Capital (Receitas)	3.886.450,88 €	3.350.131,23 €	2.794.225,84 €	4.236.897,76 €	3.645.423,49 €	5.418.571,65 €	3.787.026,22 €	2.347.122,95 €	1.286.496,03 €	1.728.370,77 €
Investimentos	4.505.241,70 €	3.359.195,05 €	5.249.942,66 €	6.162.757,58 €	3.312.895,59 €	5.212.297,16 €	3.519.157,45 €	3.224.804,91 €	2.124.913,87 €	1.328.780,78 €
Investimentos/Tr. Cap.	115,92%	100,27%	187,89%	145,45%	90,88%	96,19%	92,93%	137,39%	165,17%	76,88%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Essa interdependência, que faz habitualmente parte da abordagem deste documento a essa realidade, vem mais uma vez evidenciada nos dados relativos ao ano de 2015, comprovando-se que há uma relação diretamente proporcional entre a capacidade de realização de despesas em investimentos e a possibilidade de obtenção dos fundos comunitários que se destinam a alavancar esses investimentos. Ou seja, à medida que em cada quadro estratégico de apoios comunitários se vão esgotando os meios de financiamento disponíveis, assim se vão reduzindo as possibilidades para a realização dos investimentos que, numa lógica de coesão entre os territórios e de convergência do desenvolvimento e da qualidade de vida com os níveis médios europeus, o Município assume como seus desígnios. Ainda que com algumas oscilações ao longo dos últimos anos, é comum verificar a existência de um volume de investimentos superior ao montante obtido em transferências de capital, demonstrando-se, assim, a afetação ao mesmo propósito do investimento, de outros recursos para além dos financiamentos externos, designadamente por via da aplicação de receitas correntes a despesas de investimento. Em 2015 essa relação não se confirmou nos mesmos termos simplesmente porque, como já foi referido atrás, o volume de receitas por transferência de capital foi influenciado pela arrecadação dos apoios comunitários atribuídos ao Mercado Municipal e à Central de Camionagem mas que, por terem sido recebidos no último dia útil do ano, já não permitiram a sua consignação a outros investimentos em carteira.

Por essa mesma razão e ao contrário do ocorrido no ano de 2014 em que o rácio foi de 1,65, no último exercício o quociente entre investimentos e transferências de capital (receitas) atingiu 76,88%, abaixo, portanto, dos valores quase sempre superiores a 100% que se verificaram no período de 10 anos em análise.

Em matéria de endividamento, o quadro seguinte contém a evidenciação da situação da dívida em 31 de dezembro de 2015, apresentada com separação entre dívida a curto prazo e dívida a médio e longo prazo e com a evolução dos últimos dez anos.

ENDIVIDAMENTO - ANÁLISE CÍCLICA										
Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida de curto prazo	224.617,61 €	466.278,04 €	448.592,94 €	477.170,08 €	825.733,27 €	1.608.013,47 €	1.844.626,06 €	1.515.965,16 €	1.157.594,25 €	284.756,54 €
Dívida M/L prazo	2.388.621,14 €	2.150.479,14 €	3.212.538,18 €	4.607.707,35 €	6.154.613,34 €	5.636.678,23 €	5.126.823,39 €	4.624.159,64 €	4.104.992,95 €	3.617.359,36 €
Evolução face ao ano anterior	-6,93%	0,13%	39,91%	38,89%	37,28%	3,79%	-3,77%	-11,92%	-14,29%	-25,85%
Dívida M/L prazo / Total dívida	91,40%	82,18%	87,75%	90,62%	88,17%	77,80%	73,54%	75,31%	78,00%	92,70%

Pode desde logo observar-se que, no seu conjunto, a dívida diminuiu em 2015 numa proporção de -25,85%, equivalente a 1.360.471,30 €, dos quais 487.633,59 € correspondem à redução na dívida de médio/longo prazo e 872.837,71 € à dívida de curto prazo, também entendida como dívida de trânsito entre exercícios e que tendencialmente se aproximará do valor zero em cada próximo final de exercício económico.

No empréstimo de 5 milhões de euros, contratado no final de 2007 e com início de utilização em 2008, estão em curso os movimentos de amortização do montante emprestado, que acumulam já o montante de 1.553,461,81 €. Por seu lado e depois de já ter sido saldada na totalidade a dívida solidária dos municípios associados relativa aos empréstimos contratados pela AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Beirão, restam apenas os compromissos de amortização dos restantes empréstimos, que já são apenas 2, pelo montante de 170.821,17 €.

Como já atrás havíamos feito referência, sem que tivesse havido qualquer nova contratação de empréstimo a médio/longo prazo, o Município realizou, entre os anos de 2010 e 2015 inclusive, despesas em amortização de empréstimos a que os atuais responsáveis autárquicos são alheios, no montante total de quase 3 milhões de euros, mais concretamente, 2.944.819,50 €. E isto é tanto mais relevante quanto o facto da dívida reduzida em médio/longo prazo não se ter transferido para dívida de curto prazo, porquanto a mesma se situou, em 2015, no valor mais baixo dos últimos 9 anos.

Em termos proporcionais e por efeito do elevado decréscimo da dívida a curto prazo, o rácio entre dívida de médio/longo prazo e o total da dívida atingiu o valor mais alto dos últimos 10 anos, com uma proporção de 92,70%, tornando assim ainda menos relevante e penoso o impacto na execução orçamental da dívida de curto prazo e traduzindo-se, em simultâneo, em enormes benefícios que, do ponto de vista tributário, se repercutem diretamente nos munícipes, designadamente por efeito da não sujeição à aplicação das taxas máximas de IMI e outras a que o Município estaria vinculado caso não apresentasse uma situação financeira equilibrada e sem dívidas.

Ao longo do ano de 2015 e relativamente ao Orçamento foram levadas a efeito 26 modificações orçamentais, que corresponderam a 25 alterações orçamentais, das quais não decorre qualquer mudança no montante global do orçamento e 1 revisão orçamental, esta sim com impacto no montante total do orçamento e das grandes opções do plano. No caso concreto, esta revisão orçamental produziu uma alteração no valor global do orçamento em 5,38%, por efeito da incorporação nas receitas e consequente distribuição nas despesas do saldo de gerência anterior, que gerou um acréscimo absoluto na dotação global de 559.467,59 € e também por efeito do registo o empréstimo de curto prazo, que foi saldado no próprio ano.

ORÇAMENTO - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
RECEITA	18.759.591,00 €	1.009.467,59 €	0,00 €	1.009.467,59 €	19.769.058,59 €
DESPESA	18.759.591,00 €	3.219.456,59 €	-2.209.989,00 €	1.009.467,59 €	19.769.058,59 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					5,38%

Relativamente às receitas, portanto, ocorreu a inscrição da importância de 559.467,59 €, mais 450.000,00 € do empréstimo e, no que diz respeito às despesas, tal como se pode verificar no quadro anterior, houve Inscrições/Reforços no montante de 3.219.456,59 €, e Diminuições/Anulações no valor de -2.209.989,00 €, que resultaram nos aumentos já acima mencionados.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Pela análise ao Balanço que integra os Documentos de Prestação de Contas, aqui apresentado segundo uma estrutura que permita uma observação de ponderações e variações, pode verificar-se que o Balanço registou uma variação positiva de 3,65% em comparação com o ano anterior de 2014, sendo que este havia registado um decréscimo de -0,02% face ao Balanço do ano de 2013. Ou seja, o Balanço inverteu a tendência de descida que vinha registando nos últimos anos.

BALANÇO DO EXERCÍCIO

ACTIVO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIACÕES	
	2015	2014	2013		2015 - 2014	2014 - 2013
ACTIVOS NÃO CORRENTES						
Bens do domínio público	22.128.709,21 €	22.412.019,43 €	22.974.282,23 €	56,17%	-1,26%	-2,45%
Imobilizado incorpóreo						
Imobilizado corpóreo	12.099.376,69 €	13.113.858,57 €	13.240.473,60 €	30,71%	-7,74%	-0,96%
Investimentos financeiros	1.195.592,58 €	1.195.592,58 €	511.780,01 €	3,03%		133,61%
Propriedades de investimento						
Clientes e outros devedores						
Activos por impostos diferidos						
TOTAL DE ACTIVOS NÃO CORRENTES	35.423.678,48 €	36.721.470,58 €	36.726.535,84 €	89,91%	-3,53%	-0,01%
ACTIVOS CORRENTES						
Existências						
Clientes	201.737,00 €	217.724,36 €	157.759,28 €	0,51%	-7,34%	38,01%
Outros devedores						
Estado e outros entes públicos	22.695,63 €	32.511,12 €	37.940,21 €	0,06%	-30,19%	-14,31%
Outros activos correntes	2.298.618,03 €	371.138,07 €	275.633,19 €	5,83%	519,34%	34,65%
Caixa e seus equivalentes	1.450.136,86 €	667.015,13 €	818.552,45 €	3,68%	117,41%	-18,51%
TOTAL DE ACTIVOS CORRENTES	3.973.187,52 €	1.288.388,68 €	1.289.885,13 €	10,09%	208,38%	-0,12%
TOTAL DO ACTIVO	39.396.866,00 €	38.009.859,26 €	38.016.420,97 €	100,00%	3,65%	-0,02%
PASSIVO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIACÕES	
	2015	2014	2013		2015 - 2014	2014 - 2013
PASSIVOS NÃO CORRENTES						
Endividamento	3.305.760,62 €	3.640.904,41 €	4.140.201,62 €	8,39%	-9,20%	-12,06%
Credores diversos						
Provisões						
Outros passivos não correntes						
Passivos por impostos diferidos						
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES	3.305.760,62 €	3.640.904,41 €	4.140.201,62 €	8,39%	-9,20%	-12,06%
PASSIVOS CORRENTES						
Endividamento	311.598,74 €	463.396,30 €	475.429,88 €	0,79%	-32,76%	-2,53%
Fornecedores	155.980,85 €	1.045.831,60 €	1.176.859,18 €	0,40%	-85,09%	-11,13%
Credores diversos	667.852,30 €	749.815,12 €	290.088,31 €	1,70%	-10,93%	158,48%
Estado e outros entes públicos	46.973,58 €	45.481,29 €	49.003,83 €	0,12%	3,28%	-7,19%
Outros passivos correntes	13.227.251,78 €	13.436.747,55 €	13.438.920,81 €	33,57%	-1,56%	-0,02%
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES	14.409.657,25 €	15.741.271,86 €	15.430.302,01 €	36,58%	-8,46%	2,02%
TOTAL DO PASSIVO	17.715.417,87 €	19.382.176,27 €	19.570.503,63 €	44,97%	-8,60%	-0,96%
CAPITAL PRÓPRIO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIACÕES	
	2015	2014	2013		2015 - 2014	2014 - 2013
Património	7.326.593,13 €	7.153.915,76 €	7.153.915,76 €	18,60%	2,41%	
Reservas legais	951.011,88 €	941.923,60 €	941.923,60 €	2,41%	0,96%	
Subsídios	25.000,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €	0,06%		
Doações	334.553,97 €	334.553,97 €	334.553,97 €	0,85%		
Resultado transitado	11.886.957,94 €	9.990.524,01 €	10.442.643,23 €	30,17%	18,98%	-4,33%
Resultado líquido exercício	1.157.331,21 €	181.765,65 €	-452.119,22 €	2,94%	536,72%	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	21.681.448,13 €	18.627.682,99 €	18.445.917,34 €	55,03%	16,39%	0,99%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	39.396.866,00 €	38.009.859,26 €	38.016.420,97 €	100,00%	3,65%	-0,02%

Contribuíram decisivamente para este crescimento as subidas verificadas nas contas Outros activos correntes, com mais 519,34% e onde se incluem os movimentos relativos a Acréscimos de proveitos e Caixa e seus equivalentes com mais 117,41% que, nesta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

circunstância, beneficiou do impacto resultante dos recebimentos de fundos comunitários registados em tesouraria nos últimos dias úteis do ano. Analisando mais detalhadamente as restantes contas, podem encontrar-se outras variações parcelares de que importa dar a devida nota. Em primeiro lugar, verificou-se que, para além das contas acima referidas, não se registaram quaisquer outros aumentos nas contas do Ativo, sendo que a conta de Investimentos financeiros, que inclui o montante da subscrição do FAM – Fundo de Apoio Municipal, mantém exatamente o mesmo valor que se havia registado em 2014, sendo que em 2015 ocorreu a transferência da segunda tranche anual da subscrição total.

Do lado do Passivo não se registaram aumentos com relevância, uma vez que o único crescimento ocorreu na conta Estado e outros entres públicos pelo valor de 1.492,29 €. Pelo contrário, em termos de variações negativas, são de salientar as referentes à conta Endividamento não corrente, com -9,20%, à conta de Endividamento corrente com -32,76%, à conta Fornecedores com -85,09% e à conta de Credores diversos com -10,93%. No seu conjunto e em valores absolutos, estas contas representam uma descida no Passivo de -1.458.754,92€.

No que respeita ao Capital Próprio, verificaram-se variações no Resultado transitado, que regista um crescimento de 18,98% por efeito da integração do resultado líquido positivo ocorrido em 2014 e com muito maior expressão, o crescimento na conta de Resultado líquido, com +975.565,56 € (-536,72%) que é consequência direta do bom comportamento das contas de demonstração de resultados que concorrem para o resultado operacional e que se revelaram convergentes no sentido da melhoria das contas de proveitos e da redução das contas de custos, cujo detalhe se apresenta na análise à Demonstração de Resultados.

Quanto ao peso relativo das diversas contas face à totalidade do balanço, continua a verificar-se que a conta de maior expressão volumétrica é a de Bens do domínio público, com 56,17%. Em segundo plano, a conta de Imobilizado corpóreo representa 30,71%, sendo que, em conjunto, estas duas contas absorvem quase 90% do Ativo líquido. Do lado do Passivo continua a ser a Conta de Outros passivos correntes a assumir a posição de maior destaque, com 33,57% do total do balanço, na qual se encontram concentrados todos os movimentos de aplicação do princípio da especialização dos exercícios, que determina que os proveitos e os custos sejam reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Ou seja, esta conta incorpora os acréscimos de custos incorridos no próprio ano económico, mas regularizáveis apenas em momento posterior, bem como os proveitos diferidos que, no essencial, englobam todos os financiamentos externos já recebidos em termos de tesouraria, mas que apenas são reconhecidos efetivamente ao longo da vida útil contabilística dos investimentos a que se dirigiram.

No Capital próprio a conta de maior expressão absoluta e relativa é a do Resultado transitado, com um montante de 11.886.957,94 € (30,17%). Ainda quanto ao Capital próprio salienta-se mais uma vez o valor registado como Resultado Líquido do exercício, que reforça com um valor muito mais expressivo, o regresso em 2014 desta conta a valores positivos, os quais já não se registavam desde o exercício de 2011.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Pode também verificar-se da análise ao Balanço que o exercício de 2015 afirma uma vez mais uma situação de escassez de liquidez, embora com um rácio maior que em 2014, de 27,57%, que é igual em liquidez geral e em liquidez reduzida, devido à inexistência de movimentos na conta de Existências. Quanto à situação financeira de médio e longo prazo, verifica-se a ocorrência de um rácio de endividamento de 44,97%, representando uma melhoria relativamente ao exercício anterior, de um rácio de cobertura do imobilizado de 70,54% e um rácio de solvabilidade total de 122,39%, os quais se apresentam como indicadores mais favoráveis da atual situação financeira do Município, sendo de destacar a posição do rácio de solvabilidade total que atingiu um valor superior a 1, ou seja, a uma situação de solvabilidade ideal.

Apresenta-se em seguida a Demonstração de Resultados, segundo uma Estrutura de Proveitos e Custos, a qual permite enquadrar no presente Relatório alguns indicadores de análise considerados de maior relevância informativa.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIÇÕES	
	2015	2014	2013	2015	2015 - 2014	2014 - 2013
Vendas e Prestações de serviços	1.528.571,11 €	1.403.226,67 €	1.251.152,08 €	11,62%	8,93%	12,15%
Outros proveitos	-63.919,16 €	-7.080,95 €	-12.977,82 €	-0,49%	802,69%	-45,44%
Custos das mercadorias e dos subcontratos						
Resultado Bruto	1.464.651,95 €	1.396.145,72 €	1.238.174,26 €	11,13%	4,91%	12,76%
Fornecimentos e serviços externos	-4.996.754,95 €	-5.422.327,19 €	-5.995.919,11 €	37,97%	-7,85%	-9,57%
Custos com o pessoal	-3.516.486,81 €	-3.818.721,71 €	-3.584.389,94 €	26,72%	-7,91%	6,54%
Impostos e Taxas	3.845.120,41 €	3.575.868,06 €	3.442.021,75 €	29,22%	7,53%	3,89%
Transferências e subsídios obtidos	7.784.581,62 €	7.540.228,76 €	7.759.313,26 €	59,16%	3,24%	-2,82%
Outros proveitos / (custos) operacionais	-1.878.405,69 €	-1.822.753,98 €	-1.516.782,41 €	-14,28%	-3,05%	20,17%
	1.238.054,58 €	52.293,94 €	104.243,55 €	-9,41%	2267,49%	-49,83%
EBITDA	2.702.706,53 €	1.448.439,66 €	1.342.417,81 €	20,54%	86,59%	7,90%
Amortizações	-1.976.269,31 €	-1.844.349,78 €	-1.598.968,97 €	15,02%	7,15%	15,35%
Provisões	-8.542,92 €	-8.484,64 €	-12.800,52 €	0,06%		
	-1.984.812,23 €	-1.852.834,42 €	-1.611.769,49 €	15,08%	7,12%	14,96%
EBIT - Resultado operacional	717.894,30 €	-404.394,76 €	-269.351,68 €	5,46%	-277,52%	50,14%
Proveitos e ganhos financeiros	640.330,56 €	673.878,79 €	779.328,18 €	4,87%	-4,98%	-13,53%
Custos e perdas financeiras	-46.691,17 €	-112.587,28 €	-111.305,50 €	0,35%	-58,53%	1,15%
Resultado financeiro	593.639,39 €	561.291,51 €	668.022,68 €	-4,51%	5,76%	15,98%
Proveitos e ganhos extraordinários	867.548,89 €	841.695,13 €	551.613,95 €	6,59%	3,07%	52,59%
Custos e perdas extraordinárias	-1.021.751,37 €	-816.826,23 €	-1.402.404,17 €	7,77%	25,09%	-41,76%
Resultado de operações extraordinárias	-154.202,48 €	24.868,90 €	-850.790,22 €	1,17%	720,06%	102,92%
Imposto sobre o rendimento						
	439.436,91 €	586.160,41 €	-182.767,54 €	-3,34%	25,03%	420,71%
Resultado líquido do exercício	1.157.331,21 €	181.765,65 €	-452.119,22 €	8,80%	536,72%	-140,20%

Destaca-se, em primeiro lugar, o elevado crescimento do Resultado operacional antes de amortizações e provisões (EBITDA), face ao ano de 2014, pelo montante de 1.122.347,34 €, o que vem reforçar a convicção já assumida noutras oportunidades de que a atividade operacional propriamente dita não é de modo algum deficitária. Além disso e pela primeira vez nos últimos anos, também o Resultado Operacional (EBIT), se apresenta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

com valores positivos de mais de 700 mil euros, acomodando assim, de forma sustentada, o peso de amortizações e provisões que, em 2015, atingiram o montante total de 1.984.812,23 €, mais 7,12% que em 2014.

Dentro da mesma atividade operacional e detalhando o comportamento das diversas contas que a integram, assinala-se, desde logo, o crescimento de maior expressão relativa em Vendas e prestações de serviços, com mais 8,93%, sendo que os crescimentos de maior valor absoluto nas contas de proveitos ocorreram em Impostos e taxas com +269.252,35 € (7,53%) e em Transferências e subsídios obtidos com +244.352,86 € (3,24%). Do lado das contas de custos operacionais, a maior redução ocorreu em Fornecimentos e serviços externos, pelo valor de 425.572,24 € (-7,85%) e em Custos com o pessoal, pelo valor de 302.234,90 € (-7,91%).

Não obstante o bom comportamento em sentido convergente das contas de proveitos e custos operacionais ocorrido no exercício de 2015, não podem ser ignoradas as particularidades próprias do carácter diferenciado das autarquias locais comparativamente com outras organizações de finalidades lucrativas, designadamente o facto do elevado volume de amortizações ser agravado pelo conjunto de amortizações em ativos que não concorrem diretamente para a formação de proveitos equilibradores do resultado operacional, mas que o afetam do lado dos custos. Pelas mesmas razões, são ainda de considerar os impactos produzidos por contas de custos como os Fornecimentos e serviços externos e os Custos com pessoal em que boa parte dos mesmos não são incorridos para satisfação de atividades produtivas geradoras de proveitos operacionais, mas simplesmente para cumprimento de obrigações de serviço público.

O resultado líquido do exercício, que se apresenta com um aumento de 536,72% face a 2014, foi positivamente influenciado pelo resultado financeiro de 593.639,369 €, que cresceu 5,76% em comparação com o valor homólogo de 2014.

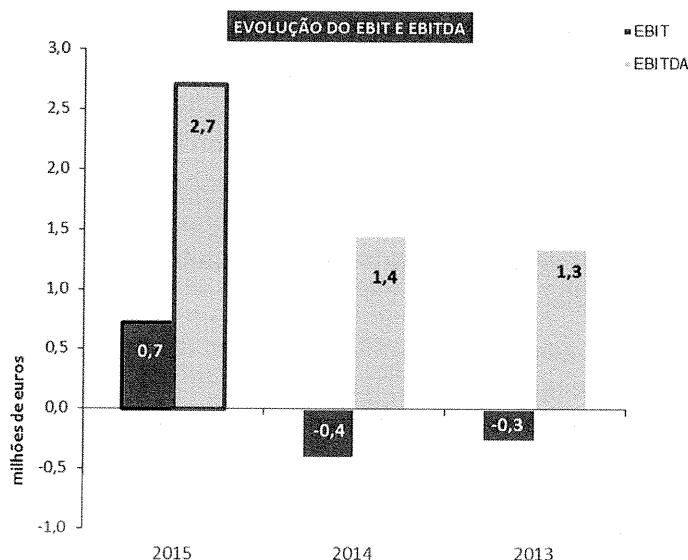
É de assinalar também que, apesar deste comportamento positivo por parte do resultado operacional e por parte do resultado financeiro, as operações extraordinárias voltaram a expor um significativo desequilíbrio entre a conta 79, que do lado dos proveitos reflete a arrecadação de receitas relativas a transferências de capital de proveniência externa (fundos comunitários) e a conta 69 – Custos e perdas extraordinárias, que do lado dos custos reconhece as transferências de capital concedidas às freguesias e a outras entidades para apoio ao investimento. A primeira, com um valor de 867.548,89 €, cresceu apenas 25.853,76 € (+3,07%) em comparação com o exercício de 2014, ao passo que a conta 69, que apresentou um valor de -1.021.751,37 €, registou um aumento de cerca de quase 205 mil euros (+25,09€), dando expressão numérica ao referido desequilíbrio entre as contas de proveitos e custos extraordinários.

Os dados relativos ao EBITDA e ao EBIT, embora com melhorias relativamente aos exercícios dos últimos anos, continuam a evidenciar a insuficiente rentabilidade gerada pela atividade operacional municipal vista como um todo. Como se referiu acima, a propósito da natureza de alguns custos operacionais incorridos, boa parte dos recursos utilizados na atividade municipal, geradores de custos reconhecidos na formação do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

resultado operacional, não são eles próprios, no todo ou em parte, geradores de proveitos operacionais.



Ou seja, há uma proporção da atividade municipal orientada para o cumprimento de fins públicos e para a satisfação não lucrativa de reivindicações ou necessidades das populações, que afeta o bom desempenho do resultado operacional e que não é um problema em si mesmo, mas uma consequência natural da especificidade do Município de Oliveira do Hospital enquanto autarquia local e

concretizadora das finalidades que a Constituição e as leis lhe atribuem.

Em todo o caso, deve ser mantida uma preocupação de ajustamento às realidades cada vez mais exigentes, designadamente em termos legais, que nos impõem a adoção de medidas que permitam melhorar a eficiência financeira da atividade dos serviços municipais, seja do lado da obtenção de poupanças na atividade quotidiana, seja também na distribuição equitativa dos deficits pelos utilizadores diretos dos diversos bens e serviços disponibilizados pela Câmara Municipal, isto é, procurando de forma progressiva e sem ignorar as situações de carência social que persistem, fazer a convergência entre o custo da prestação de serviços e utilidades aos munícipes e o valor recuperado a título de taxas, tarifas e preços para os mesmos bens e serviços.

O gráfico acima inscrito reflete precisamente o resultado que já foi possível obter da aplicação de políticas concretas do lado da despesa em termos de poupanças e adoção de medidas de eficiência na gestão de recursos e do lado da receita na recuperação tarifária de forma progressiva, mas não agressiva, principalmente em áreas cujos deficits tarifários eram e são ainda muito gravosos para o equilíbrio da atividade municipal.

Deve ainda referir-se finalmente que a parte marcadamente não lucrativa da atividade autárquica, relativa aos investimentos, é normalmente muito mais representativa do movimento financeiro anual do Município do que aquela que determina a obtenção de proveitos reconhecíveis na Demonstração de Resultados, situação que, pelas razões sobejamente apontadas anteriormente, não se confirmou no exercício de 2015.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não foi verificada a ocorrência de quaisquer factos relevantes após o encerramento do exercício que pudessem determinar a inclusão de notas de enquadramento ou explicativas no presente Relatório.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com o que se encontra estabelecido pelo POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2015, no montante de 1.157.331,21 €, deverá ser efetuada do seguinte modo:

- Reservas Legais na proporção de 5% do Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 57.866,56 (cinquenta e sete mil oitocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos);
- Património, destinado a reforçar o Património até ao alcance do objetivo de correspondência com o Ativo Líquido, em 20%, de que resulta um valor de 552.780,07 €. Uma vez que o valor do Resultado Líquido permite pela primeira vez, uma aplicação deste montante, o património deverá ser reforçado precisamente pelo montante de € 552.780,07 (quinhentos e cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta euros e sete cêntimos);
- Resultados Transitados, pelo valor de 546.684,58 € (quinhentos e quarenta e seis mil seiscientos e oitenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos) como remanescente ao total do Resultado Líquido do Exercício.

CONCLUSÃO

São estes os comentários e esclarecimentos que se entendem como necessários à leitura e correta interpretação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano de 2015, os quais se sujeitam à apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior apreciação por parte da Assembleia Municipal nos termos legais.

OLIVEIRA DO HOSPITAL, 14 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

- José Carlos Alexandrino Mendes -

